

JUDICIARIUM

TJSE

Órgão de Divulgação do
Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Edição 91 - Ano XII - Abril - 2011



Planejamento Estratégico TJSE É DESTAQUE NACIONAL

e projetos cumprem 80% das metas definidas para 2010

pág. 24 a 31



Posse

Nova Mesa Diretora para 2011-2013

pág. 04 a 07

Reconhecimento

TJSE recebe certificado do CNJ por ter sido um dos melhores do Brasil em 2010

pág. 17



Artigo

Des. Netônio Machado analisa responsabilidade dos administradores públicos diante de tragédias provocadas pelas chuvas

pág. 39



No Centro Médico do Tribunal de Justiça de Sergipe,
os servidores efetivos e contratados, como também seus respectivos
familiares, têm acesso às seguintes especialidades:

Cardiologia	Odontologia
Clínica Médica	Psicologia
Endocrinologia	Psiquiatria
Fisioterapia	Serviço Social
Ginecologia	

Centro Médico José Artêmio Barreto

Rua Pacatuba, 55 - Centro – Aracaju – Sergipe
de segunda a sexta-feira, das 7 às 18 horas

(79) 3226-3400 / 3414



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

EDITORIAL



Euler Ferreira

O Judiciário brasileiro vive um momento ímpar: o de planejar suas metas e projetos a curto, médio e longo prazo, visando cada vez mais uma melhor prestação jurisdicional. Neste sentido, a boa notícia é que o Tribunal de Justiça de Sergipe já cumpriu três das quatro metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para 2011.

É justamente por este e outros motivos, que tivemos a honra de ouvir, por duas vezes, da Ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça e Corregedora Geral da Justiça, que o Judiciário sergipano é o melhor do Brasil. Para ela, essa avaliação é resultado, entre outros fatores, de um trabalho de base e investimentos em informatização.

O reconhecimento de todo esse esforço veio através de um certificado concedido pelo CNJ, no 31 de março, em Brasília: o TJSE foi um dos melhores Tribunais brasileiros no cumprimento das Metas de 2010, sendo o segundo colocado no cumprimento de duas Metas, a 1 e a 3, ambas direcionadas para a atividade-fim da Justiça.

Nesta edição, caro leitor, você vai conferir vários projetos do Planejamento Estratégico do TJSE, como também entrevistas com os desembargadores da atual e da anterior Mesa Diretora. Não deixe de conferir como comemoramos o Natal, o Dia da Mulher e veja ainda os detalhes sobre um projeto do TJSE em prol do meio ambiente, 'Eu Ajudo o Planeta!'.

Boa Leitura!

Nesta Edição



Posse da nova mesa diretiva do TJSE 04 e 07



Entrevistas com Desembargadores 08 a 13



Dia da Mulher no Judiciário 19



Concurso de Redação da CIJ 20 e 21

SEÇÕES

Artigos.....	39 a 41
Saúde.....	42 e 43
Dica de livro.....	44
Acontece, por Denise Rambo.....	45 e 46

Revista JUDICIARIUM

Órgão de Divulgação
do Poder Judiciário
do Estado de Sergipe
Planejamento e Produção
Diretoria de Imprensa do
Tribunal de Justiça
do Estado de Sergipe

Diretor

Euler Ferreira

Chefe da Div. de Imprensa

Luciano Augusto

Editor(a)

Janaina Cruz
DRT 857/SE
Luciano Araujo
CONRERP MG/BA 1759

Reportagens

Denise Rodrigues
Denise Rambo
Rejane Modesto
Luciano Araujo

Fotografias

André Hylling
César Oliveira
Denise Rodrigues
Fernandes Filho
Luciano Araujo

Diagramação Eletrônica

André Hylling

Revisão

Ronaldson Sousa

Impressão Gráfica Premier

Tiragem: 2000 exemplares

**Tribunal de Justiça
do Estado de Sergipe**
Praça Fausto Cardoso,
112, Centro - 49080-010
Fone: (079) 3226-3100
dircom@tjse.jus.br

NOVA MESA DIRETORA

promete continuar investindo na boa prestação jurisdicional



Desembargadores com o governador Marcelo Déda e Orlando Rochadel, Procurador Geral de Justiça do MPE



Pres. concedeu coletiva à imprensa

“Darei continuidade às administrações anteriores, fazendo com que haja celeridade processual e a sociedade sinta que a Justiça está correspondendo aos seus anseios. Também tenho sonhos, um deles é atender a alguns reclames dos servidores, que considero como membros da minha família”. Foi assim que o Desembargador José Alves Neto resumiu aos jornalistas seus anseios frente à Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe.

A posse da atual Mesa Diretora, para o biênio 2011-2013, aconteceu na noite do dia 3 de fevereiro. Foram empossados os Desembargadores

Osório de Araújo Ramos Filho, como Vice-Presidente, e Netônio Bezerra Machado, no cargo de Corregedor Geral da Justiça. Para o Vice-Presidente, o maior desafio da nova gestão é dar continuidade a uma boa prestação jurisdicional. Os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo estiveram presentes. Para o Governador Marcelo Déda, a tradição do Judiciário sergipano é de trabalho e qualidade. “Há um reconhecimento nacional que o Tribunal de Justiça de Sergipe é um dos melhores do Brasil. Isso se deve à competência dos seus desembargadores e excelência do corpo técnico”, elogiou o governador. Já a presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, Deputada Estadual Angélica Guimarães, disse que os Poderes Judiciário e Legislativo têm uma relação harmoniosa, porém independente. “Esperamos que esta nova gestão, a exemplo

do que fez o Desembargador Roberto Porto, seja profícua e que continue fazendo Justiça ao povo sergipano, principalmente aos mais carentes”, ressaltou a deputada.

Antes da leitura do termo de posse, o Desembargador Roberto Porto, que assumiu a Presidência do TJSE em fevereiro de 2009, discursou sobre o momento e fez um resumo das

atividades realizadas durante sua gestão. “O significado desta ocasião não está em reverenciar este ou aquele, mas sim render homenagens a um dos princípios da democracia, a alternância do poder”, destacou Roberto Porto.

Ele falou também que a antiga Mesa Diretora trabalhou em prol de uma Justiça mais célere, o que logrou ao TJSE reconhecimento nacional. Entre as ações, o Desembargador Roberto Porto destacou a realização de concurso público, que já convocou mais de 400 aprovados, gratificação-prêmio para os servidores, novo método do processo de remoção, manutenção da política salarial com ganhos reais, implantação de novas varas e relocação de comarcas, entre outros.



Pres. e Vice, José Alves e Osório Ramos, e Pres. da Amase, Paulo Macêdo



Pres. da AL, dep. Ângela Guimarães

Juramento do Termo de Posse

DISCURSOS

A solenidade de transmissão da Mesa Diretora contou ainda com o discurso do Procurador Geral de Justiça do Ministério Público de Sergipe, Orlando Rochadel. “Os membros do Poder Judiciário têm muita competência, com carreiras dedicadas à Justiça sergipana. A relação entre Tribunal de Justiça e Ministério Público é de muito respeito, consideração e sintonia porque o objetivo de ambos é o mesmo, prestar um bom serviço à população”, enfatizou Orlando Rochadel, que relatou em seu discurso várias passagens da trajetória profissional do novo presidente.

Já o presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), Paulo César Macêdo, disse que os bons resultados atingidos pelo TJSE ainda estão longe da perfeição, mas se devem a cada desembargador, juiz e servidor. Ele enalteceu ainda as qualidades de cada membro da antiga e da nova Mesa Diretora. “Vossa Excelência será muito feliz se não abrir mão de seus maiores trunfos, que é ser um homem de raiz, simples e que valoriza as pessoas”, comentou, referindo-se a José Alves.

O último a discursar antes do presidente do TJSE foi o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Sergipe, Carlos Augusto Monteiro Nascimento. Ele disse que advogados, promotores e juízes precisam sempre ser parceiros para garantir o Estado Democrático de Direito. O presidente da Ordem enfatizou ainda o bom diálogo com o Desembargador Roberto Porto, destacando a ampliação da sala dos advogados no Fórum Gumersindo Bessa, a criação de estacionamento privativo para advogados e o empenho na virtualização dos processos.



Des. Osório Ramos recebe cumprimentos



Des. Netônio Machado faz juramento



Autoridades, familiares e amigos lotam auditório do TJSE



Governador Marcelo Déda cumprimenta Corregedor Netônio Machado



Presidente do TJSE, Des. José Alves, com esposa Lúcia Alves, e familiares



Na plateia, uma presença especial: a mãe do Des. José Alves, Dona Júlia

MESA DIRETORA 2011-2013



“Sempre atendi
as pessoas
com carinho e
respeito”

José Alves

Natural de Pinhão, em Sergipe, o Desembargador José Alves assume em 2011 um novo desafio: presidir o Tribunal de Justiça. Ele ingressou na magistratura há quase 41 anos, exercendo o cargo de Juiz em um município do Alto Sertão sergipano, Porto da Folha. Lá, ele disse que aprendeu muito com o “povo humilde e trabalhador”. Continuou sua trajetória atento ao direito dos mais fracos e nesta entrevista revelou que sempre teve seu gabinete aberto para os mais simples e também para grandes autoridades. É casado com Lígia Monteiro Alves, com quem tem quatro filhos. Nesta entrevista, ele revela que tem um sonho como Presidente do TJSE: pagar aos servidores a URV (Unidade Real de Valor, índice que mediu a variação da mudança de moedas do Cruzeiro para o Real).

REVISTA JUDICIARIUM – COMO FOI A SUA TRAJETÓRIA NO JUDICIÁRIO SERGIPANO?

JOSÉ ALVES – Fui aprovado no concurso para a magistratura em 1970 e fui designado para atuar em Porto da Folha, no sertão, no ano de uma das maiores secas. Morei com a minha família no município e aprendi muito com aquele povo humilde e trabalhador.

Em 1971, fui removido para a Comarca de Tobias Barreto, um município mais desenvolvido, onde atuei por nove anos. Promovido por merecimento para a cidade de Itabaiana, permaneci naquela Comarca por dois anos. Depois disso, atuei na 3ª Vara Cível, em Aracaju, por 20 anos, tornando-me Desembargador em 2002. Fui Juiz Corregedor e atuei também como membro e Presidente interino do Tribunal Regional Eleitoral.

JUDICIARIUM – QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE O SENHOR ENFRENTOU COMO JUIZ E DEPOIS COMO DESEMBARGADOR?

JA – Os desafios foram enormes, principalmente a preocupação em trazer para as partes um julgamento justo. Sempre me preocupei com os menos favorecidos, infelizmente essas pessoas não têm condições de contratar bons advogados. Como Juiz sempre atendi as pessoas com carinho e respeito, do mais simples à mais alta autoridade. Meu gabinete sempre esteve aberto para a sociedade.

JUDICIARIUM – EM 2011, O SENHOR ASSUME A PRESIDÊNCIA DO TJSE. QUAL SERÁ A PRIORIDADE NA SUA GESTÃO?

JA – Não sou de fazer promessas e nem quero levantar falsas esperanças para os servidores. Tenho sonhos e um deles – já disse isso no encontro em Brasília com a Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon – é pagar a URV para os servidores. Minha gestão será voltada para eles e também quero fazer algo na área de habitação. Considero os membros do Judiciário como membros de uma família. São 40 anos de magistratura e nunca tive nenhum problema e mantenho um excelente relacionamento com todos.

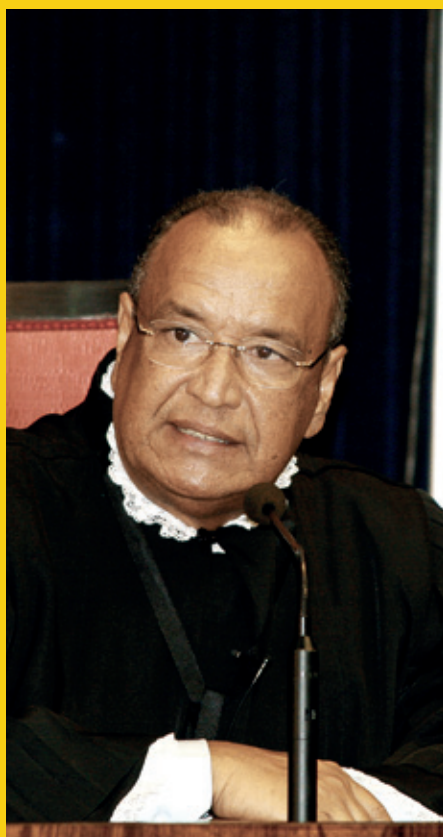
DATAS IMPORTANTES

Nascimento:	18 de julho de 1942
Ingresso na magistratura:	13 de maio de 1970
Posse como Desembargador:	20 de março de 2002
Posse como Vice-Presidente do TJSE:	2 de fevereiro de 2005
Posse como Presidente do TJSE:	2 de fevereiro de 2011

Com relação à atuação jurisdicional, desejo melhorar ainda mais o atendimento à população. Mesmo o TJSE sendo reconhecido como um dos melhores do país, temos que continuar investindo para que a sociedade sergipana tenha a melhor prestação jurisdicional possível.

“O magistrado precisa julgar e administrar”

Osório Ramos



Após a passagem pela diretoria da Escola Superior da Magistratura de Sergipe (Esmese), o Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho assume a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça. Formado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe, ele ingressou na magistratura em 1978, como Juiz da Comarca de Aquidabã. Foi Juiz Titular da Turma Recursal do Juizado Especial Cível e Criminal. De 1997 a 2001,

foi Membro Titular do Tribunal Regional Eleitoral, com o cargo de Corregedor Regional Eleitoral. Foi nomeado Desembargador pelo critério de antiguidade do dia 16 de janeiro de 2008. Nesta entrevista, ele fala sobre a importância da Esmese e também sobre a excelência do Tribunal de Justiça de Sergipe.

REVISTA JUDICIARIUM – QUE MARCA O SENHOR PRETENDE DEIXAR COMO VICE E, EM 2012, COMO PRESIDENTE DO TJSE?

OSÓRIO RAMOS – O meu interesse é colaborar com a administração do Desembargador José Alves Neto e fazer com que Sergipe continue sendo o melhor Tribunal de Justiça do país. Eu escutei isso recentemente da Ministra Eliana Calmon, participando de uma reunião no Rio Grande do Norte, o que nos deixa muito satisfeitos. Nós queremos fazer com que o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe continue prestando uma jurisdição árdua, eficiente e que beneficie todos os sergipanos que procuram o Poder Judiciário.

JUDICIARIUM – O SENHOR FOI DIRETOR DA ESMESE. QUAL A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA PARA QUEM ATUA NO RAMO DO DIREITO EM SERGIPE?

OR – A Esmese é muito importante, hoje, para o ramo do Direito em Sergipe. A Escola da Magistratura tem feito um belíssimo trabalho, realizando cursos externos, capacitando aqueles que querem galgar cargos públicos e tem também feito uma atuação muito interessante no campo interno da magistratura sergipana. Nós conseguimos alcançar as metas estabelecidas pelo CNJ, o que quer dizer que nós capacitamos mais de 50% dos magistrados sergipanos dentro do Poder Judiciário. Isso é muito importante porque o magistrado hoje não é apenas para julgar processos, mas ele precisa administrar a sua Vara, administrar o Tribunal, administrar o Fórum. Enfim, ele precisa associar estes dois interesses: tem que aplicar corretamente o Direito, mas atuar corretamente na parte administrativa.

JUDICIARIUM – ESSA EXPERIÊNCIA TRAZIDA COM A DIREÇÃO DA ESMESE, O SENHOR PRETENDE APROVEITAR NA SUA GESTÃO COMO VICE E PRESIDENTE DO TJSE?

OR – É verdade. Nós queremos trazer da Esmese uma experiência produtiva porque nela se produz um trabalho de qualidade que pode ser adaptado evidentemente às condições do Tribunal de Justiça. A experiência que nós adquirimos na Esmese é uma experiência positiva. E é evidente que queremos colaborar com a administração do Tribunal, trazendo um pouco daquilo que foi feito na Esmese para melhorar ainda mais a prestação jurisdicional.

“A Justiça sergipana tem magistrados competentes”

Netônio Machado

Alagoano, o Desembargador Netônio Bezerra Machado passou a morar em Sergipe no final da década de 70. Especialista em Direito Processual Civil, atuou como Juiz Corregedor de 1999 a 2001. Foi também Juiz Titular da 7ª Vara Cível por muitos anos e Presidente do Conselho de Coordenação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Sergipe. Sua nomeação como Desembargador aconteceu no dia 12 de março de 2008, ocupando a vaga deixada pelo Desembargador Gilson Gois.

Nesta entrevista, o cidadão sergipano – título que recebeu da Assembleia Legislativa em 2001 – fala um pouco sobre o novo cargo e aproveita para elogiar os magistrados do quadro do TJSE.

REVISTA JUDICIARIUM – QUAL O PRINCIPAL DESAFIO DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA?

NETÔNIO MACHADO – Eu acho que o desafio não é apenas de um Corregedor Geral. Quem quer desenvolver função pública deve corresponder, dentro do possível, ao máximo das expectativas que se tem da sua atuação na respectiva função. Especificamente no meu caso, eu diria que talvez o maior desafio será, sem dúvida, corresponder à continuidade do trabalho desenvolvido na Corregedoria pela Desembargadora Aparecida Gama, que sempre se conduziu, durante dois anos à frente da Corregedoria, com uma competência, com uma sensibilidade e uma capacidade



extraordinária de percepção dos problemas judiciais e de interação com a categoria de juízes. Ao sair da função, ela deixa um cabedal de trabalho bem desenvolvido e que eu pretendo apenas continuar.

JUDICIARIUM – FAZENDO UMA COMPARAÇÃO COM O CENÁRIO NACIONAL, COMO O SENHOR SITUA O JUDICIÁRIO DE SERGIPE?

NM – Eu sinto muito orgulho do Estado de Sergipe e fico muito à vontade para citar o testemunho da Ministra Eliana Calmon, em uma sessão no Conselho Nacional de Justiça. Ela dizia que o Judiciário de Sergipe é um dos melhores do Brasil. Não apenas em relação à eficiência, no que diz respeito à rapidez na conclusão dos processos, mas em relação também à qualidade na decisão dos nossos juízes e magistrados, tanto do 1º quanto do 2º grau. A Justiça sergipana tem tido a oportunidade de ter em seus quadros magistrados competentes, do ponto de vista técnico-jurídico, mas tem tido também a felicidade de contar na direção da sua casa com pessoas de alta competência e compromisso muito grande com todo processo de administração interna, de sorte que hoje nós somos sem dúvida uma referência nacional.

JUDICIARIUM – COM RELAÇÃO À ATUAÇÃO DOS JUÍZES

DE 1º GRAU, O SENHOR SENTIU UMA EVOLUÇÃO NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL?

NM – Sim, sem dúvida. A Escola da Magistratura de Sergipe (Esmese) tem feito um trabalho excelente no aprimoramento dos magistrados sergipanos. Os cursos que são realizados têm encontrado uma participação maciça dos magistrados e isso fornece elementos para o constante aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. A dedicação do magistrado sergipano vem se traduzindo como uma extraordinária contribuição para o aprimoramento da prestação jurisdicional, da qualidade das decisões e para um diálogo permanente entre o magistrado e a realidade social, por meio da concepção de uma ética material de valores que afirma uma prestação jurisdicional assimilada à realidade social, fenômeno social que o Direito incide nos casos concretos. Então, essa perspectiva antropológica e sociológica que o magistrado deve ter ao analisar qualquer fato submetido a julgamento, que será sem dúvida um fato social, sobre os quais incidirá uma decisão jurídica, isso é uma tônica que vem ocorrendo com os nossos juízes, os magistrados sergipanos. Congratulamo-nos com os colegas sergipanos de 1º e 2º graus que vêm a cada dia buscando identificar realmente o fenômeno social, a conjuntura circunstancial que vai levá-lo a fazer uma subsunção da norma para o caso concreto. Essa evolução na compreensão do direito, essa perspectiva, essa metodologia de interpretação da lei, de aplicação do direito, essa hermenêutica moderna vem sendo assimilada por nossos colegas magistrados. Isso é muito bom para os jurisdicionados, isso é muito bom para Sergipe, isso é muito bom para o Tribunal de Justiça.

MESA DIRETORA 2009-2011

“Fizemos um trabalho o mais participativo possível”

Roberto Porto



Depois de dois anos na Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe, o Desembargador Roberto Porto passa o cargo com um importante projeto em andamento, o Planejamento Estratégico. Para ele, todos os projetos colocados em prática foram importantes, sedimentando o profissionalismo do TJSE. Prova disso, é que das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça em 2009, 95% foram cumpridas; em 2010 o alcance chegou a 70% e, este ano, o Desembargador deixa a Presidência com 75% das metas cumpridas. Nesta entrevista, ele fala que seu grande legado foi fazer com que o Planejamento Estratégico deixasse de ser um projeto de gestão para ser um projeto institucional.

REVISTA JUDICIARIUM – O SENHOR ENTRA PARA HISTÓRIA DO JUDICIÁRIO SERGIPANO COMO O PRESIDENTE QUE INICIOU O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. QUAL SUA VISÃO SOBRE ESSE NOVO MOMENTO?

ROBERTO PORTO – O Planejamento Estratégico surgiu da necessidade de cumprirmos uma das metas nacionais de 2009, que foi a Meta 1, processo que

chegou num momento oportuno, em que o TJSE estava preparado para absorver esse método de gestão. Preparado tanto estruturalmente quanto culturalmente. Fizemos um trabalho o mais participativo possível, a fim de envolver as demandas de toda instituição, como também as outras ramificações da Justiça. Ouvimos Magistrados, Procuradoria do Estado, Secretaria de Segurança Pública, além de realizarmos uma pesquisa de satisfação ampla, ouvindo cerca de cinco mil pessoas da sociedade. Foi um trabalho árduo que gerou a Resolução 22/2009, transformando o Planejamento Estratégico em um projeto institucional para cumprimento nos próximos cinco anos. Este foi um dos grandes legados da minha administração: transformar o Planejamento Estratégico de um projeto de gestão para um projeto de instituição.

JUDICIARIUM – E COMO ESTÁ ESTRUTURADO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TJSE?

RP – Em síntese, são 39 projetos e 50 metas, definidos através das demandas existentes no TJSE e alinhados com o Planejamento Estratégico Nacional, definido pela Resolução 70 do Conselho Nacional de Justiça. Outra novidade implementada pelo Planejamento Estratégico foi a criação do Comitê Gestor, formado por um desembargador, três magistrados e dois servidores efetivos, que acompanham trimestralmente nas Reuniões de Análise Estratégica (RAEs) todos os projetos e metas, sugerindo medidas pontuais de adequação ao rumo traçado pela estratégia. Já em 2010, primeiro ano de execução da estratégia, além das RAEs, fizemos um grande evento em agosto com a participação de cerca de 150 pessoas, entre magistrados, servidores e órgãos de classe para acompanharmos os projetos e metas, sedimentarmos essa cultura de participação nas definições e diretrizes institucionais.

JUDICIARIUM – COMO FOI A EXPERIÊNCIA DE PRESIDIR UM TRIBUNAL QUE É CONSIDERADO UM DOS MELHORES DO PAÍS?

RP – O Tribunal de Justiça de Sergipe é um dos melhores do país não só porque as pessoas falam isso, a exemplo da Ministra Eliana Calmon, em uma reunião no CNJ. O Judiciário sergipano tem sido procurado por colegas de outros Tribunais, que vêm até nosso Estado conhecer os projetos que criamos e desenvolvemos. Recentemente, recebemos a visita de técnicos dos Tribunais de Justiça do Maranhão, Amapá, Rio Grande do Norte, Pará, Bahia, Rondônia, Tribunal Federal da 1ª Região, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e do CNJ. Além disso, o TJSE esteve presente nas dez edições da *Mostra Nacional de Qualidade do Poder Judiciário*, ganhando dez prêmios, cinco deles durante a minha gestão. Também fomos destaque na 6ª edição do *Prêmio Inovare*, que em 2009 recebeu mais de 500 inscrições e teve por tema 'Justiça rápida e eficaz'. O 'Processo Eletrônico na Vara de Execuções Criminais' foi uma das práticas homenageadas. Isso tudo é algo que nos orgulha e prova a capacidade dos nossos servidores.

“Nós temos um Tribunal modelo”

Cezário Siqueira



Presidente do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do TJSE, o Desembargador Cezário Siqueira Neto iniciou a carreira como Assessor de Desembargador no Judiciário sergipano até ser aprovado em concurso para Promotor de Justiça, em 1988. No ano seguinte, obteve aprovação em concurso para Juiz, exercendo os primeiros cinco anos de magistratura na Comarca de Boquim. Em agosto de 1995, passou a ser Juiz Titular da 6ª Vara Cível da Comarca de Aracaju. Foi elevado ao cargo de Desembargador pelo critério de merecimento, sendo empossado no dia 12 de dezembro de 2005. Nesta entrevista, ele fala sobre o Planejamento Estratégico do TJSE e sobre o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

REVISTA JUDICIARIUM – COMO O SENHOR AVALIA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TJSE?

CEZÁRIO SIQUEIRA – Minha avaliação é de um programa altamente positivo. Nós saímos na frente em relação ao planejamento estratégico, fizemos uma

reunião muito produtiva em 2009, onde as bases foram lançadas. Em 2010 fizemos outra reunião, inclusive com as reuniões setoriais que ocorrem a cada três ou quatro meses e, enfim, estamos levando à frente os projetos, checando as metas. Tenho certeza que o futuro que está cada dia mais próximo é o de estabelecimento e comprimento de todas metas do planejamento estratégico.

JUDICIARIUM – QUAL A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARA O TRIBUNAL DAQUI A QUATRO, CINCO, DEZ ANOS? COMO O PLANEJAMENTO PODE AJUDAR O TJSE A MELHOR SE ORGANIZAR?

CS – Eu sempre defendi que o Tribunal não poderia passar pela situação que normalmente passava, que era a cada dois anos ter todo um planejamento restabelecido. Muitas vezes, e normalmente em razão das peculiaridades do nosso Tribunal, ocorria a continuidade de projetos, mas este era um risco muito grande. Agora não, com o planejamento estabelecido para vários anos as metas fixas serão sempre cumpridas e, lógico, dentro da criatividade de cada administrador. Dentro da disponibilidade que ele possa ter em sua administração, poderá ocorrer o aumento das metas, mas sempre tendo em conta que aquelas estabelecidas no planejamento estratégico são primordiais e devem ser cumpridas.

JUDICIARIUM – COMO ESTÁ A SITUAÇÃO DO TJSE EM RELAÇÃO ÀS METAS ESTABELECIDAS PELO CNJ PARA 2010?

CS – É uma situação extremamente confortável. O nosso Tribunal por ter investido muito em informática, por estar sempre em sintonia com o CNJ, com os projetos mais ousados, mais inovadores e de vanguarda, tem essa situação de conforto com relação ao cumprimento de metas. Tanto é que alcançamos um percentual grande no cumprimento das metas de processos de 2005 e também em 2010. Isso se deve à qualidade dos nossos servidores, ao empenho de nossos juízes, à disponibilidade que a Presidência tem dado em relação a recursos, não somente materiais, mas humanos. Enfim, nós estamos numa posição extremamente confortável. Inclusive, para satisfação nossa, em recente reunião com a Corregedora Nacional de Justiça, a Ministra Eliana Calmon, ela se pronunciou perante todos os presidentes de Tribunais do país, no sentido de que o melhor Tribunal de Justiça do Brasil é o de Sergipe. Ela é uma pessoa experiente, que tem uma radiografia de todo o Judiciário do país, e sabe perfeitamente o que está dizendo; é uma pessoa muito séria que não faria uma observação dessa se efetivamente não estivesse diante de um Tribunal que alcança metas, que é parceiro do CNJ em projetos extremamente vanguardistas, como a própria virtualização de processos. Enfim, nós temos um Tribunal modelo com a absoluta certeza.



“Estamos bem municiados quanto ao número de juízes”

Aparecida Gama

A Desembargadora Aparecida Gama deixa a Corregedoria Geral da Justiça e assume a direção da Escola Superior da Magistratura de Sergipe (Esmese). Formada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, iniciou a vida profissional como advogada da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), onde atuou de 1969 até 1978. Como juíza, passou pelas Comarcas de Porto da Folha, Aquidabã, Japarutuba, São Cristóvão e Aracaju, onde atuou desde 1988. Sua posse como Desembargadora do TJSE aconteceu no dia 23 de janeiro de 2008. Nesta entrevista, ela fala sobre a posse de novos juízes, o acompanhamento da Corregedoria quanto ao trâmite processual e o que o Poder Judiciário tem feito para oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional mais célere.

REVISTA JUDICIARIUM – MAIS DE 20 NOVOS JUÍZES FORAM EMPOSSADOS NESTA GESTÃO. QUAL A IMPORTÂNCIA DISSO PARA O JUDICIÁRIO E PARA A SOCIEDADE?

APARECIDA GAMA – Nós temos além do quadro normal de juízes, juízes adidos à Corregedoria que substituem os titulares nas ausências das férias. O número de juízes que nós recebemos exatamente supre as ausências dos titulares, o que permite que a prestação jurisdicional não seja diminuída, que a população não tenha a prestação jurisdicional prejudicada no tempo de férias. Estamos muito bem municiados quanto ao número de juízes. Não significa, no entanto, que sejam suficientes porque à medida que são criadas outras varas nas Comarcas surge também a necessidade de um número maior

de juízes. Mas o importante é que neste momento nós estamos numa situação confortável, de modo que a prestação jurisdicional está mantida de forma bastante satisfatória.

JUDICIARIUM – COMO A CORREGEDORIA TEM ACOMPANHADO O DESEMPENHO DOS MAGISTRADOS EM RELAÇÃO À CELERIDADE PROCESSUAL?

AG – Temos na Corregedoria um sistema de acompanhamento automático da produtividade das metas dos juízes. Na medida em que o juiz dá uma sentença, o sistema o mostra imediatamente, o que possibilita que a gente acompanhe, por exemplo, quem está ou não trabalhando e o número de processos iniciados e julgados no mês. Este sistema também nos permite ver os processos em relação ao ano de entrada. Com isso, acompanhamos os processos de 2005, 2006, 2007, por exemplo; na hora em que a gente visualiza o sistema já sabemos qual juiz está com um processo anterior a 2000, o qual ainda não foi julgado. Em suma, temos um sistema que nos permite uma visão completa e através dele (o sistema está dentro do Portal da Corregedoria) pode-se aferir a produtividade dos juízes, a celeridade dos processos. Temos também um sistema de acompanhamento permanente de réus presos, que nos permite ver a atuação de todos os juízes criminais, inclusive ver qual processo de réu preso está parado há mais de 90 dias.

JUDICIARIUM – QUANTO AOS PROJETOS IMPLANTADOS NA SUA GESTÃO FRENTE À CORREGEDORIA, QUAL A SENHORA CONSIDERA O MAIS IMPORTANTE PARA A SOCIEDADE?

AG – Tivemos projetos fundamentados durante a nossa gestão e outros que já existiam e demos prosseguimento, permitindo aferir exatamente a produtividade dos juízes, a atualização dos feitos, o atendimento, enfim, todo o controle para não permitir que a prestação jurisdicional não seja priorizada ou processos fiquem parados e o cidadão não tenha a sua situação, a sua demanda, o seu conflito social resolvido. Temos não só um controle na área de presos, mas também na área da infância e juventude há um controle específico, como, por exemplo, o tempo de permanência nos abrigos para que não seja ultrapassado. Todos os projetos implementados têm sua missão específica, no sentido de evitar a paralisação dos feitos, a morosidade e priorizar uma prestação jurisdicional célere de maneira a pacificar os conflitos sociais.

JUÍZAS AUXILIARES

reafirmam compromisso com o Judiciário sergipano

Duas mulheres assumiram a função de auxiliar diretamente o Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, Desembargador José Alves Neto. As Juízas Adelaide Maria Martins Moura e Suyene Barreto Seixas de Santana confessaram que ficaram honradas com o convite e que o cargo exige uma contribuição ainda maior para a tarefa de prestar um bom serviço à população.



“Meu compromisso é ainda maior no sentido de contribuir para uma busca pela excelência, sendo um elo entre todo o corpo de juízes e a parte institucional. A honra é muito grande porque estou inserida dentro dos grandes colegas portadores, também, de enorme potencial”, destacou a Juíza Adelaide, que ingressou na magistratura em 1994, assumindo o 4º Juizado de Pequenas Causas.

A Juíza Suyene ingressou na magistratura no mesmo ano, quando foi exercer a judicatura na 5ª Vara Cível de Aracaju. Para ela, também é uma honra assessorar a Presidência do TJSE. “Sinto-me reconhecida pela confiança que me foi depositada”, revelou. Ela explicou também a importância do cargo: “todos os assuntos, quer no trato de questões jurisdicionais propriamente ditas, quer no trato das questões de ordem administrativa, passam necessariamente pelo crivo prévio dos Juízes Auxiliares”.



Diante disso, os mesmos devem apontar o norte jurídico a ser dado às questões que lhe são remetidas, apresentando ao presidente do Judiciário alternativas e possíveis soluções. Para Suyene, o mais gratificante na profissão é julgar com convicção. “De acordo com o meu sistema de valores, de bem atender aos reclamos da população, fazendo manter na sociedade a chama acesa da crença na Justiça. Uma justiça falível, porque é humana, mas uma justiça possível, bem servindo ao meu Estado e ao meu país”, definiu Suyene.

Para a Juíza Adelaide, o mais gratificante na magistratura é a busca eterna pelo justo. “Sempre fui e sou movida pela vocação. Questionar o justo, o certo e o errado integra um perfil da minha personalidade. Diria que é mesmo da minha essência”, concluiu Adelaide, que até o início de fevereiro era Juíza Titular da Vara de Assistência Judiciária Privativa de São Cristóvão.

TJSE

empossa mais três novos juízes



Três novos juízes substitutos foram empossados na tarde do dia 29 de novembro, no auditório do Tribunal Pleno do Palácio da Justiça. *Fabiana Oliveira Bastos de Castro*, *Hercília Maria Fonseca Lima* e *Nelson Humberto Madeira da Silveira* foram aprovados no concurso realizado em 2008 e exerciam atividades jurídicas em outros Estados. O Judiciário sergipano agora conta com 150 magistrados, sendo 137 juízes e 13 desembargadores.

Após o juramento, leitura e assinatura do termo de posse, os juízes foram saudados pelo presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), Paulo César C. Macêdo.



“Eles vieram se somar à magistratura de Sergipe e serão recebidos com carinho e esperança. Foram selecionados em um concurso público criterioso e têm tudo para dar certo”



A Juíza Fabiana Castro, que proferiu o discurso representando os colegas, disse que o Tribunal de Justiça de Sergipe serve de modelo para outros do país. “Quero levar o conhecimento e experiência que já trago do Piauí, onde exercia a judicatura há um ano e meio”, ressaltou Fabiana, que é paulista.



Natural do Rio de Janeiro, o Juiz empossado Nelson Silveira atuava como Procurador do Estado no Espírito Santo. “Sempre estudei para a magistratura e fiz o concurso específico para Sergipe porque Aracaju é uma cidade que oferece qualidade de vida e o Tribunal é uma referência no Brasil”, opinou Nelson.



A Juíza Hercília Lima disse que pretende exercer a atividade judicial com muito afinho. “A expectativa é grande porque sempre quis ser juíza. Dei preferência à magistratura de Sergipe porque o Tribunal de Justiça é muito organizado”, elogiou Hercília, que era analista processual do Ministério Público da União.

TJSE ENTREGA REFORMA

do fórum e inaugura Vara Criminal

O Tribunal de Justiça de Sergipe inaugurou as obras de reforma e ampliação do Fórum Maurício Graccho Cardoso, localizado na cidade de Itabaiana, a 52 Km da capital do Estado. A unidade da Justiça recebeu também uma nova vara criminal, de entrância final, a fim de melhor atender a demanda jurisdicional.

Agora, funcionam no fórum cinco varas, sendo um Juizado Especial Cível e Criminal, duas varas criminais e duas varas cíveis. O espaço foi ampliado em mais de 900 m² e o terreno para a construção do novo anexo, que abriga as 1ª e 2ª Varas Cíveis, foi cedido pela Prefeitura Municipal de Itabaiana.

De acordo com a diretora do Fórum, a Juíza Anuska Rocha Souza, a ampliação e a instalação de uma nova vara criminal era um anseio da sociedade itabaianense, uma vez que apenas uma unidade criminal já não comportava a quantidade de processos.

"A cidade de Itabaiana tem um crescimento considerável, tanto populacional quanto econômico, o que inevitavelmente resulta no aumento da criminalidade e de processos judiciais, e esta nova vara, certamente traz celeridade nos julgamentos porque é composta por novos técnicos e analistas, e por um novo juiz, além das instalações que trazem conforto e segurança para os jurisdicionados e serventuários", analisou a magistrada.

O Juiz Substituto Eládio Magalhães, que assume a 2ª Vara Criminal, reforçou as palavras da diretora do Fórum Maurício



Desembargadores e autoridades prestigiaram a cerimônia

Graccho Cardoso ao reconhecer a necessidade da nova unidade judicial para a comunidade local.

"O Poder Judiciário de Sergipe não mediu esforços para responder às expectativas do povo de Itabaiana e dos advogados que aqui militam, tenho certeza que desenvolveremos uma Justiça célere e efetiva, ao passo que espero corresponder à confiança e ao trabalho do povo dessa terra", destacou o juiz.

O presidente do TJSE, à época Desembargador Roberto Porto, destacou o crescimento da cidade, desde a última década, que segundo dados do IBGE

foi de 129% e lembrou que quando militava na comarca como advogado, a mesma era composta de apenas duas varas judiciais, uma cível e outra criminal.

"O real sentido da ampliação do Fórum e da instalação da nova vara criminal está na demarcação do momento em que o Poder Judiciário amplia a abertura de suas portas. A obra aqui é só a embalagem, mas o que conta no fundo é o que espero estar verdadeiramente participando é de um ato de entrega de mais justiça, mais paz e mais tranquilidade à comunidade de Itabaiana", encerrou o Des. Roberto Porto.



Funcionam no Fórum de Itabaiana cinco Varas

TJSE RECEBE CERTIFICADO

do CNJ por ter sido um dos melhores do país em 2010

O Tribunal de Justiça de Sergipe recebeu um certificado do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por ter sido um dos melhores do Brasil em 2010 em relação ao cumprimento das Metas estabelecidas. Os resultados do cumprimento das 10 Metas Prioritárias para o ano de 2010 foram divulgados pelo CNJ em Brasília, no dia 31 de março, durante a abertura do workshop de Metas Nacionais do Poder Judiciário. Também foi apresentado no evento o plano de trabalho para que os Tribunais possam atingir as Metas traçadas para 2011.

Das 9 metas que integraram a avaliação, já que a Meta 6 foi desconsiderada para esse fim, o TJSE cumpriu 7. “O TJSE foi 2º colocado no cumprimento das Metas 1 e 3, que foram as metas direcionadas para a atividade-fim da Justiça, e isso é um motivo de orgulho para todos nós que fazemos o Judiciário em Sergipe”, destacou a Juíza Auxiliar da Presidência Suyene Barreto, que representou o TJSE no evento, acompanhada do Juiz Corregedor, Gilson Felix, e o diretor de Planejamento, Erick Andrade.

Ainda de acordo com a Juíza, esse reconhecimento e o cumprimento de 7 Metas só foram possíveis pelo fato do TJSE vir se estruturando ao longo do tempo. “Se o Tribunal não estivesse preparado não conseguiríamos atingir esse resultado. É um trabalho de base, que vem se desenvolvendo ao



longo dos anos, com o comprometimento dos diversos Presidentes em melhorar cada vez mais a nossa prestação jurisdicional”, comemorou a magistrada.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

O Poder Judiciário brasileiro recebeu, em 2010, 17,1 milhões de novos processos e julgou 16,1 milhões. Ou seja, julgou o equivalente a 94,2% da quantidade de processos ajuizados durante o ano. O percentual ficou um pouco abaixo da Meta número 1 estabelecida pelo Judiciário, que previa o julgamento de “quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque”. Isso significa que foram julgados, em 2010, 5,8% menos processos do que o volume de novos processos que ingressaram no Judiciário, aumentando assim o estoque de ações à espera de julgamento.

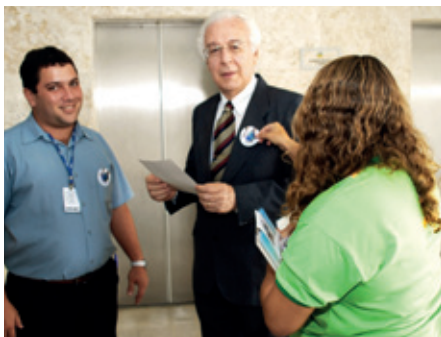
Para o presidente do CNJ, Ministro Cezar Peluso, é importante esclarecer à sociedade o real trabalho do Judiciário. “É preciso explicar à opinião pública o imenso trabalho e dedicação que existem por trás desses números”, acrescentou. Na opinião de Peluso, os problemas do Judiciário não dependem apenas do esforço dos magistrados. “Precisamos fazer com que a sociedade entenda que pequenos desvios isolados que acontecem no Judiciário, assim como em qualquer outra instituição, não representam o sentido e a fisionomia do Judiciário brasileiro, que é um dos melhores do mundo”, afirmou o ministro.

TJSE LANÇA CAMPANHA

‘Eu ajudo o Planeta!’

Frases como “Vai sair? Desligue o computador” ou “Deixe só sua ideia acesa, apague a luz!” foram espalhadas através de adesivos em todas as unidades do Poder Judiciário de Sergipe. A campanha *Eu Ajudo o Planeta!* – iniciada no dia 5 de novembro – tem como objetivo incentivar o uso racional de água, energia e papel.

“A ideia é alterar os hábitos de consumo dos próprios servidores e a visão que algumas pessoas têm do setor público. A consciência ambiental é um caminho sem volta”, ressaltou o diretor de Administração do TJSE, Carlos Benjamin, lembrando que os hábitos adquiridos no trabalho acabam sendo adotados nos demais ambientes de convivência, como residências e locais públicos.



O Desembargador Netônio Bezerra Machado recebeu em seu gabinete a equipe da campanha *Eu Ajudo o Planeta!* e descreveu a ação como essencial para o futuro das gerações. “Uma campanha assim desperta em nós a consciência de que devemos agir em prol da nossa própria sobrevivência, uma vez que ajudar o meio ambiente é um comprometimento a médio e longo prazo para melhorar a vida humana”, considerou.

A técnica judiciária Ana Valezca Cruz, que atua no gabinete do Desembargador Ricardo Múcio, aprovou a medida do Judiciário acrescentando que estas ações de cuidado com o meio ambiente devem



ser adotadas no cotidiano de cada pessoa.

“Eu, na minha casa, já tomo algumas providências como separar o lixo para reciclagem, apagar as luzes e desligar o computador, por exemplo. Acredito que essas são ações simples e que se acostumarmos a fazê-las em casa e no trabalho não teremos dificuldade em aplicá-las nas mais diversas situações. Ademais é cuidando do meio ambiente agora que deixaremos como herança para as próximas gerações um planeta preservado”, opinou.

O diretor de Administração do TJSE lembrou que a campanha visa diretamente o público interno, mas que a instituição tem buscado alternativas para incluir o público externo em ações que beneficiem o meio ambiente.

“Estamos realizando uma licitação para compra de papel e entre os requisitos para a contratação da empresa está a necessidade desta possuir o Selo de Responsabilidade Ambiental”, informou Carlos Benjamin.



HOMENAGEM

Servidoras do TJ têm tratamento de estrela de cinema

“As Mulheres do Judiciário no Cinema”

foi o tema da exposição preparada pela Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça de Sergipe em homenagem ao Dia da Mulher. Trinta servidoras posaram como atrizes de filmes que marcaram a história do cinema e as fotos estão expostas no corredor que liga o Palácio da Justiça ao Anexo Administrativo. Mas no dia dedicado à mulher também houve palestras, sessão de maquiagem e visita do Presidente do Tribunal, Desembargador José Alves Neto, ao maior fórum de Sergipe, o Gumsindo Bessa.

“Pretendo estender essas comemorações primeiramente ao Fórum Gumsindo Bessa, onde o número de

servidores é grande. A figura feminina é a coisa mais importante na vida. As mulheres merecem o nosso aplauso e são uma força grande dentro do Poder Judiciário”, destacou o presidente, que acompanhado da esposa, Lígia Monteiro Alves, conferiu a palestra sobre a trajetória feminina na sociedade, proferida pela psiquiatra perita do TJSE, Gilvanda Chagas Cruz.

E não foi apenas a palestra e a sessão de maquiagem que atraíram as servidoras para o evento. Muitas estavam

curiosas para verem o resultado da exposição fotográfica. “Nos incentivou a fazer tudo e vermos como somos valorizadas. Estou me sentindo uma artista!”, confessou Maria Elidete Almeida, técnica da Coordenadoria de Materiais. O resultado final da produção também surpreendeu Verônica Déda Menezes que, como outras, ainda não tinha experimentado a sensação de ser fotografada em estúdio profissional. “Esse projeto ultrapassou minhas expectativas”, disse Verônica, chefe de gabinete da Corregedoria.

Assim que terminou o evento em homenagem às mulheres no Palácio da Justiça, o presidente do TJSE fez questão de ir ao Fórum Gumsindo Bessa e ao Arquivo Judiciário cumprimentar as servidoras. Ainda em comemoração ao Dia da Mulher, a Central de Mandados promoveu uma palestra sobre o papel da mulher na sociedade, proferida pela Juíza-Auxiliar da Presidência, Adelaide Moura. “Mais de 50% dos servidores que atuam na Central de Mandados são mulheres”, justificou a executora de mandados Acácia Bitencourt.



COORDENADORIA

da Infância e Juventude realiza concurso



“Estatuto da Criança e do Adolescente: um instrumento de garantia da cidadania”

foi o tema do I Concurso de Redação promovido pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Sergipe. Quarenta e cinco escolas das redes pública e particular aderiram ao concurso, que recebeu 106 redações. Os critérios de avaliação foram adequação ao tema, qualidade da escrita, originalidade e ineditismo.

O objetivo do concurso foi estimular nas crianças e adolescentes o gosto pela produção textual e pelo conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), preparando-os para o exercício da cidadania. A premiação dos vencedores foi realizada no dia 22 de novembro, com a presença de estudantes, diretores de escolas, juízes e secretários de Estado.

De acordo com a Juíza Coordenadora da CIJ, Vânia Barros, o concurso está inserido no Programa de Capacitação e Disseminação do ECA, alinhado ao Planejamento Estratégico do TJSE. “Visitamos quase 200 escolas das redes pública e privada para divulgação. As 45 escolas que aderiram ao certame receberam CD informativo contendo vídeos, texto e a própria legislação para subsidiar a produção textual dos participantes. Dentre as redações produzidas, as escolas ficaram com a responsabilidade de selecionar as melhores,

podendo inscrever até duas redações por cada categoria”, explicou a juíza.

A professora Josevanda Franco, da equipe da CIJ, explicou que o ECA é um marco referencial no Brasil porque outorgou a crianças e adolescentes a condição de sujeitos de direitos, pessoas em desenvolvimento e detentoras de proteção integral. “A lei existe para que os direitos de crianças e adolescentes não sejam violados e acreditamos que, a partir dos alunos e dos professores, podemos fomentar o discernimento sobre a importância dessas garantias”, destacou.



Diretores de escolas públicas e particulares prestigiaram o evento

A vencedora do primeiro lugar na Categoria Azul, Taislaine Mendonça, aluna do EMEF José Conrado de Araújo, disse que se sentiu estimulada a participar por conta do apoio que recebeu da professora Carla Nascimento, de Língua Portuguesa. “Ela me auxiliou durante a elaboração do texto e eu mergulhei em pesquisas sobre o tema. Esse incentivo foi de fundamental importância, pois sem o estudo das regras gramaticais não seria possível alcançar esse grande objetivo”, ressaltou a aluna.

VENCEDORES

CATEGORIA AZUL

(alunos dos 7º e 8º anos do ensino fundamental)

1º Lugar	Taislaine Mendonça Campo / EMEF José Conrado de Araújo
2º Lugar	Mariana de Oliveira Bezerra / Nossa Escola
3º Lugar	Marina Maria Machado Costa / Colégio Saint-Louis e Flávia Pedroza Peixoto de Melo / Colégio Americano Batista

CATEGORIA VERDE

(alunos do 9º ano do ensino fundamental II, da 1ª série do ensino médio e 1ª série do ensino técnico integrado)

1º Lugar	Laise de Farias Santos / EMEF Manoel Bomfim
2º Lugar	Beatriz Santos Teixeira / Colégio Arquidiocesano S. Coração de Jesus
3º Lugar	Vivian Leite Santos / Colégio Master

CATEGORIA AMARELA

(alunos das 2ª e 3ª séries do ensino médio e 2ª, 3ª e 4ª séries do ensino técnico integrado)

1º Lugar	Adriana Mota Alves Pinto / Colégio Arquidiocesano S. Coração de Jesus
2º Lugar	Irene Gabriela Sobral Santos / Colégio Bom Pastor
3º Lugar	Anne Caroline Rezende de Moura / Colégio Arquidiocesano S. Coração de Jesus

PREMIAÇÃO

1º lugar: 1 notebook e certificado

2º lugar: 1 poupança no valor de R\$ 500,00

3º lugar: pen-drive e certificado

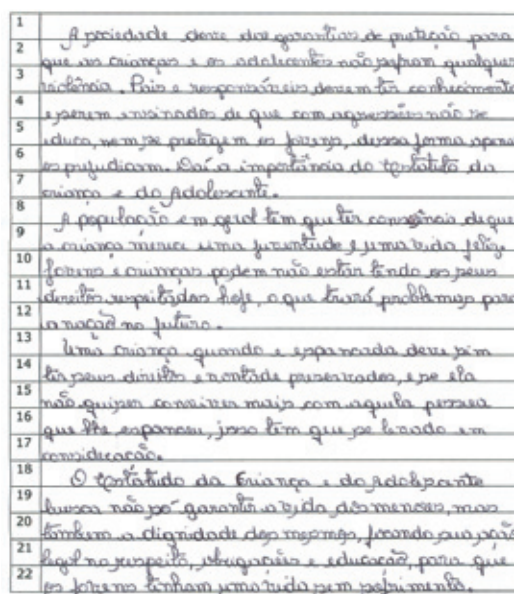
As escolas e os professores orientadores dos estudantes premiados receberam, respectivamente, placas de homenagem e certificados.

A secretária de Educação de Aracaju, Tereza Cerqueira, foi uma das autoridades que prestigiou a premiação. “Não tenho palavras para descrever a satisfação que sinto ao ver duas alunas de escolas municipais conquistarem a primeira colocação. Esta é a maior prova de que estamos oferecendo uma educação de qualidade, sendo o desempenho do professor em sala de aula o fator preponderante para a melhoria do rendimento escolar”, declarou a secretária.

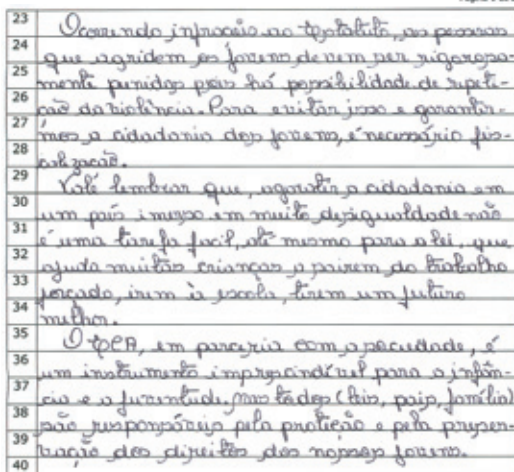


I CONCURSO DE REDAÇÃO DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CJI

Inscrição nº 000111



Página 1 de 2



Redação de Taislaine Mendonça Campo, que conquistou o primeiro lugar na Categoria Azul do concurso. Ela estuda na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Conrado de Araújo, localizada no bairro São Conrado.

IMPRENSA E ESTUDANTES

discutem o tema 'Comunicação e Justiça'

Profissionais da imprensa e estudantes de Jornalismo e Direito se reuniram no auditório do Palácio do Tribunal de Justiça de Sergipe, nos dias 25 e 26 de novembro, para participarem do II Seminário Comunicação e Justiça. A palestra de abertura foi ministrada pela assessora de imprensa do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rosângela Sanches, que além do "Caso Isabella: julgamento do casal Nardoni", falou sobre outros três casos de sucesso.

O primeiro foi sobre o início das atividades do Juizado Itinerante do TJSP, em agosto de 1998. Ela informou que levou para a Praça da Sé, Centro de São Paulo, autoridades do Judiciário com o objetivo de atenderem à população. "Foi uma quebra de paradigmas. As autoridades saíram dos gabinetes, não foi o povo que entrou. Era uma prestação de serviço, não poderia ser diferente", ressaltou Rosângela, acrescentando que um tapete vermelho foi colocado na praça para recepcionar a população.

O segundo case mostrou o sucesso e a repercussão na mídia nacional e internacional do "Concurso escrevendo o Futuro - Miss Penitenciária", realizado entre novembro de 2004 e novembro de 2005. "Nesse projeto, o serviço prestado foi a inclusão social. Chamou muito a atenção da imprensa pelo ineditismo da situação", contou Rosângela, destacando que o concurso não gerou ônus para os cofres públicos e que várias celebridades participaram sem



Assessora do TJSP, Rosângela Sanches, abriu o seminário

cobrar cachê. Os quatro requisitos para a classificação das detentas foram prosa, verso, beleza e simpatia.

"MP - Acidente da Linha 4 do metrô", ocorrido em janeiro de 2007, foi o terceiro case. Rosângela acompanhou a imprensa, enquanto Assessora de Comunicação do Ministério Público, em uma reunião entre os órgãos envolvidos e promotores que começou às 14h30 e só terminou às 10 horas do outro dia. Sobre o julgamento do casal Nardoni, Rosângela falou sobre o material que foi repassado para os jornalistas, como o roteiro do júri, perguntas e dúvidas frequentes e fotos do plenário. Além disso, ela mostrou como foi a distribuição da imprensa na sala do júri, através de sorteio e rodízio.

O seminário prosseguiu com a palestra "Conhecendo o Judiciário - uma explicação sobre o funcionamento da justiça", proferida pelo Juiz José Amintas Noronha. Ele abordou questões jurídicas que corriqueiramente são exploradas pelo universo midiático de maneira bastante didática.

Ainda na manhã do segundo dia, foi ministrada a palestra "Entendendo o Planejamento Estratégico do Judiciário sergipano". A



Jornalistas e estudantes de Comunicação e Direito participaram do evento

Diretoria de Planejamento do Tribunal de Justiça de Sergipe – através do Chefe da Divisão de Estatística e Planejamento Estratégico, Fabrício Pereira, e o técnico judiciário Rogério Guimarães Santos – mostrou aos participantes do seminário como a instituição tem planejado suas ações para os próximos quatro anos.

No encerramento do seminário, os participantes conferiram um painel sobre o “Papel da Justiça, do Ministério Público e da Polícia”. O painel foi aberto pela delegada Georlize Teles, ex-coordenadora do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis de Aracaju. Ela explicou que a polícia inicia a investigação para que, em um segundo momento, o Ministério Público possa oferecer a denúncia e, só depois, o Judiciário, efetivamente, dizer o direito.

Para a delegada, se a polícia comporta-se de forma legítima junto à sociedade, as informações encaminhadas para o Ministério Público serão mais fortes. “A polícia tem uma conceituação muito simples. Nossa missão primeira é garantir os direitos dos cidadãos e a preservação da ordem”, esclareceu Georlize, ressaltando as diferenças entre as polícias civil e militar.

O promotor de justiça Deijaniro Jonas Filho explicou que o MP tem como principal objetivo defender a sociedade. “Vida, liberdade e saúde são três interesses individuais indisponíveis que cabe ao MP zelar. Quem já viu minha atuação em um júri, sabe que eu não acuso. Eu defendo a sociedade em relação ao crime que foi praticado”, enfatizou.

A Juíza de Direito Heloísa de Oliveira foi a última a falar e enfatizou a importância do magistrado na sociedade enquanto agente que garante direitos. “Hoje não se admite a postura de um juiz inerte. O que se espera é que ele aplique a justiça ao caso concreto”, disse a juíza.

Delegada Georlize Teles falou sobre o papel da polícia e o técnico judiciário Rogério Guimarães sobre o Planejamento do TJSE



MUITOS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO ELOGIARAM A INICIATIVA DO TJSE EM SUAS REDES SOCIAIS. CONFIRA:

Jornalista Anderson Cristian (@AnderChrisSouza): estou no seminário no TJ/SE. bem legal, por sinal!

Jornalista Marina Fontenele (@fontenelemarina): II Seminário Comunicação e Justiça com palestra de Rosângela Sanches do TJSP muito boa! Clara, objetiva e didática!!! Parabéns à equipe do #TJSE pelo trabalho e organização do evento!

Jornalista Mayu Mastsunae (@Mayu Matsunae)
Evento bom de se ver (participar):
II Seminário “Comunicação e Justiça”. Parabéns, TJ/SE, pela iniciativa!

Jornalista Gleice Queiroz (@GleiceQueiroz):
Amei a palestra do Seminário do TJ. #valeuapena

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TJSE

é destaque nacional e projetos cumprem 80% das metas definidas para 2010

“Nós do CNJ consideramos o Tribunal de Justiça de Sergipe como o melhor da federação”.

Eliana Calmon

Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ)
Corregedora Nacional de Justiça (CNJ)

Por Luciano Araujo

Esta afirmação foi dada, em dezembro de 2010, no Encontro dos Presidentes dos Tribunais de Justiça de todo o país. No mesmo momento, a Corregedora Nacional de Justiça fez questão de destacar que tal afirmação não se deu pelo fato de Sergipe ser um Estado pequeno, como muitos imaginam, mas porque investiu de forma acertada, inclusive na base, conseguindo superar muitas dificuldades vencendo pelo contexto de sua própria organização e dos investimentos feitos principalmente em tecnologia.

Este preâmbulo tem como objetivo mostrar o reconhecimento nacional obtido pelo Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) pelo esforço empreendido pelo Judiciário sergipano ao longo dos últimos anos, gerenciado por todos os seus presidentes e o investimento realizado em busca de uma cultura de produtividade e qualidade na sua prestação jurisdicional que culminou com a aprovação, no final de 2009, do seu Planejamento Estratégico - PE, que vem sendo posto em prática até 2014.

Em 2010 foi dado início à execução do PE no

TJSE. Os desafios foram imensos e o primeiro passo foi dado pelo Presidente Desembargador Roberto Porto ao aprovar o modelo de Comitê Gestor tendo um desembargador como presidente. “Essa decisão do presidente mostrou o comprometimento institucional fundamental para o gerenciamento do PE através das Reuniões de Análise da Estratégia – RAE’s”, comemorou o Erick Andrade, diretor de Planejamento do TJSE.

O Comitê Gestor foi o divisor de águas e possibilitou ao PE do TJSE ser reconhecido, já no primeiro ano de execução, como referência nacional. Segundo Erick Andrade, o Planejamento Estratégico “caiu como uma luva no TJSE”, pois vinha sendo formada uma cultura no Tribunal, nos últimos dez anos, pela busca de resultados em gestão com o intuito de melhorar a prestação jurisdicional que facilitou muito a execução tranquila da estratégia em 2010.

“Afirmo com tranquilidade que o primeiro ano do Planejamento Estratégico serviu para criarmos uma base forte para integrar a instituição num caminho comum, que é cada vez mais prestar um serviço de qualidade e reduzir gradativamente suas taxas de congestionamento”, explicou.

O PE é composto por 38 projetos que gerenciam 50 metas que são avaliadas num grande painel de bordo, utilizando a metodologia do Balanced Score Card – BSC. “Foi através dessas metas que conseguimos acompanhar de perto a execução dos projetos estratégicos e através das RAE’s, o Comitê direcionava os projetos que estavam fora do rumo traçado”, destacou o diretor de Planejamento, acrescentando que os gestores dos projetos estavam bastante comprometidos, fazendo com que 80% dos projetos alcançassem as metas estabelecidas para 2010.

Dentre os projetos que mais se destacaram em 2010, temos o de Virtualização da Área Judicial, que além de ser um dos vencedores do projeto estratégico em 2010, cumpriu 100% da

meta nacional de melhoria das rotinas e ferramentas de trabalho. Outros destaques do ano foram os projetos gerenciados pela Coordenadoria da Infância e Juventude e o da Premiação dos Servidores da Atividade Fim, que alinharam de forma direta os servidores à estratégia, estando este, inclusive, em fase de recomendação nacional pelo CNJ.

“Não poderia deixar de destacar também os projetos premiados nacionalmente na *X Mostra de Qualidade do Poder Judiciário*, realizado esse ano no Tribunal Superior do Trabalho - TST, onde foram premiados os projetos *Conscientizar para Economizar*, *Controle de Réus Presos* e o *Alvará e Mandado de Prisão Eletrônicos*”, disse Erick.

Erick Andrade fez questão de parabenizar a Diretoria de Comunicação do TJSE pelo trabalho de divulgação e conscientização sobre o PE, tanto para o público interno quanto externo. “Foi através da comunicação que tanto a instituição, como a sociedade, ficaram sabendo de cada passo dado nos projetos e nas metas alcançadas, que os gestores tiveram como mostrar seus trabalhos e serem reconhecidos, e principalmente foi a ponte necessária para visualizarmos nossa evolução e sedimentarmos a estratégia”.

RECONHECIMENTO NACIONAL

Durante todo o ano de 2010, o PE do TJSE recebeu a visita de representantes de vários tribunais do país e demais instituições, que vieram a Sergipe conhecer a forma como estão sendo executadas as ações estratégicas, definidas pelo Judiciário local, como exemplo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério Público de Sergipe (MPE/SE), da Defensoria Pública, Procuradorias Estaduais, Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), TRTs e TREs.

CONFIRA ABAIXO DEPOIMENTOS DE ALGUNS REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES E TRIBUNAIS QUE VISITARAM O TJSE EM 2010:

CNJ - O consultor de projetos da Fundação Getúlio Vargas, Marco Mirandola, foi enviado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para proferir palestra, analisar e auxiliar no desenvolvimento do Planejamento Estratégico. “O Tribunal de Justiça de Sergipe possui um trabalho bem organizado e adiantado, que é citado como referência entre os tribunais por cumprir mais de 90% das diretrizes do CNJ”.

TJMA - A Diretora Judiciária do TJMA, Denise Reis Batista, informou que a visita a Sergipe foi uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que indicou o Estado como uma referência na questão de planejamento. Ela explicou que a proposta é angariar as melhores propostas de gestão processual e tecnológica e apresentar no Maranhão. “Classifico como eficiente, o modelo de Sergipe porque garante um controle efetivo do processo de 2º grau. A padronização e motivação dos servidores também são destaques do Judiciário sergipano”.

TJRN - “O Tribunal de Justiça de Sergipe é referência nacional para os demais tribunais regionais”. Esta é a imagem do Poder Judiciário de Sergipe, apontada pela coordenadora do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte - TJRN, Maristela Freire, durante visita ao TJSE. Durante a visita, os representantes do TJRN conheceram o Planejamento Estratégico e os projetos que estão sendo desenvolvidos pelo Judiciário sergipano.

TJPA - O coordenador do projeto de custos do TJPA, Alex Mota de Souza, afirmou que a visita tem como finalidade principal conhecer o SPAC. “O sistema nos foi referenciado por outros tribunais como uma ferramenta que, ao longo dos três anos de implantação no TJSE, apresentou resultados positivos no planejamento e auditoria de custos. Pretendemos construir algo bem parecido lá em nosso tribunal”.

TJAP - A juíza do TJAP, responsável pelo planejamento estratégico e gestão das metas 2010 do CNJ, Elayne Koressawa, afirmou que a visita tem como finalidade principal verificar a forma com que o TJSE atuou para cumprimento das Metas 5 e 6 de 2010, além de conhecer os projetos, as boas práticas e a execução do planejamento estratégico do TJSE. “Resolvemos visitar o Tribunal de Sergipe pelo fato de ter mesmo porte do nosso e estar bem avançado com relação às metas do CNJ e o planejamento estratégico”.

TRF 1ª REGIÃO - O supervisor da área financeira do TRF 1ª Região, Márcio Albuquerque, afirmou que a visita tem como finalidade principal a busca de conhecimento para a implantação de uma metodologia a ser utilizada pelo Tribunal Regional Federal para a análise de custos operacionais. “Estávamos pesquisando sobre o tema e tivemos conhecimento deste caso de sucesso, desenvolvido pelo TJSE. O SPAC é realmente uma ótima ferramenta para concretizar a sistemática de custos no Judiciário”.

PGE E SEAD - Segundo o secretário geral da Procuradoria Geral do Estado -PGE, Marcos Nazareno, a ideia é aprender. “Tivemos um primeiro contato com o pessoal da SEAD e resolvemos agendar essa visita para conhecer os sistemas implantados pelo TJSE”, explicou o secretário. O gestor governamental da Secretaria de Estado da Administração - SEAD, André Luiz Figueiredo, explicou que já conhecia algumas práticas de gestão do TJSE. “O Balance Score Card - BSC é uma das ferramentas que pretendemos utilizar e viemos saber como ela contribui para a gestão do Tribunal. Além disso, a SEAD desejava verificar como é feita a premiação dos servidores por metas”, destacou o gestor.

EXPECTATIVAS PARA O PE EM 2011

Segundo o presidente do Comitê Gestor, Desembargador Cezário Siqueira Neto, o PE do TJSE evolui a cada dia. "Nosso modelo foi referendado para outros tribunais do país pelo CNJ, e a expectativa para 2011 é muito boa, pois nesse segundo ano poderemos visualizar com mais clareza os primeiros resultados, integrando e comunicando de forma pragmática a instituição e a sociedade sobre novos projetos, como por exemplo o da Conciliação, que se tornou um projeto permanente, com gestor e metas próprias", finalizou o magistrado.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Como prometido, a *Judiciarium* trará informações sobre o andamento de todos os 37 projetos definidos no Planejamento Estratégico. Nessa edição serão apresentados os trabalhos de mais 09 projetos. Confirmam!

GESTÃO DOCUMENTAL

O Arquivo Geral do Judiciário é o responsável pelo projeto de Gestão Documental do Poder Judiciário de Sergipe. O objetivo da gestão documental é garantir rápida acessibilidade aos feitos judiciais e documentos administrativos sob a guarda do Arquivo Judiciário, com vistas também para preservação da memória da Justiça sergipana.

A ação abrange tanto os processos em suporte papel quanto aqueles em suporte virtual. O projeto foi dividido em 7 subprojetos. O primeiro subprojeto diz respeito ao Cadastro de 160 mil processos antigos que, por não estarem inseridos do SCP, não figuravam nas estatísticas de judicância. O segundo reúne sugestões para o aperfeiçoamento da Instrução Normativa que dispõe sobre a Transferência e o Acesso aos processos baixados, para agilizar ainda mais os serviços do Arquivo Judiciário.

O terceiro e o quarto reportam-se, respectivamente, às Tabelas de Temporalidade para Processos Judiciais e Documentos Administrativos, que vão dar base jurídica para que o Arquivo Judiciário mantenha tão somente os documentos que possuam valor jurídico, probatório ou histórico. Todo o restante será triturado e enviado à reciclagem.

O quinto e o sexto subprojetos valorizam a memória do TJSE, com a Classificação da

Documentação Histórica e a Memória Judiciária Colonial. Este visa oferecer acesso público a documentos do período colonial sergipano a partir de 1655, data do documento mais antigo no Arquivo Judiciário, e aquele está classificando os processos de reconhecido valor para o estudo de pesquisadores.

O projeto de Gestão Documental se completa com o subprojeto de adaptação da garagem do 1º subsolo do Arquivo para guardar processos. Os 3.000m² dos acervos atuais já estão com a capacidade esgotada e estudos realizados pelo próprio Arquivo, apontam a adaptação da garagem como a de melhor relação de custo e benefício, o que vai gerar espaço para mais 450 mil processos.

AUDITORIA DE MÍDIA

Construir e manter a imagem positiva da atuação do Poder Judiciário sergipano, potencializando as inserções de notícias positivas e minimizando as inserções negativas sobre o TJSE na mídia. Este é o principal objetivo do *Projeto Criação de Mecanismo de Avaliação de Notícias Positivas/Negativas*, desenvolvido pela Diretoria de Comunicação (Dircom).



Luciano Araújo

De acordo com o gestor do projeto e relações públicas, Luciano Araújo, o projeto visa avaliar os impactos positivos/negativos das inserções de notícias sobre o TJSE com o intuito de identificar possíveis pontos de melhoria na atuação do Tribunal. "Com a criação de mecanismos de auditoria de mídia, a Comunicação do Tribunal poderá identificar possíveis erros apontados pelo olhar crítico de quem nos percebe de fora para dentro", explicou o gestor.

Luciano Araujo destacou que a Dircom sempre realizou um acompanhamento das notícias veiculadas sobre o TJSE em meio impresso. “Percebemos a necessidade estratégica de ampliar a auditoria de mídia para a internet, rádio e TV e assim o fizemos”.

“O mérito desse projeto é o de potencializar o acesso da população a informações sobre a Justiça e a sua atuação. Com o conhecimento adquirido, a sociedade poderá exigir seus direitos e atingir a plenitude de sua cidadania”, finalizou o gestor.

PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA

O *Programa de Qualidade de Vida* tem como foco destacar que o diferencial está nas pessoas, com a implantação de um programa para cuidar da saúde e



Tânia Denise

bem-estar, além de valorizar a atuação e criar mecanismos de motivação para os servidores do TJSE.

Para a gestora do projeto e diretora de Pessoas, Tânia Denise Fonseca, o projeto visa proporcionar um ambiente agradável e prazeroso para desenvolvimento do trabalho dos servidores. “A valorização dos servidores garante um notável aumento na motivação e é agente vital para a gestão estratégica”.

Tânia Denise informou também que o programa tem o objetivo de minimizar as rotatividades e as ausências do trabalho, fazendo com que o servidor tenha uma visão positiva da instituição. “A ação ‘Justiça contra o tabagismo’ já

está dando resultados. O tratamento e acompanhamento já apresentaram sucesso e alguns servidores pararam de fumar”, comemorou a gestora.

Ainda segundo a gestora, o *Programa de Qualidade de Vida* está realizando, através da equipe de fisioterapeutas do Centro Médico, um amplo estudo sobre ergonomia para embasar uma campanha preventiva de combate a Ler/Dort - Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho. “Além dos fisioterapeutas, os servidores do Judiciário sergipano contam com um excelente Centro Médico com profissionais médicos, enfermeiros, odontólogos e psicólogos”, informou Tânia Denise, destacando que se encontra também em processo de aprovação a reativação do exame médico periódico.

Objetivo futuro do programa é a instituição do Colar do Mérito do Servidor. “Iremos propor uma resolução para ser aprovada pelo Pleno com regras claras e critérios definidos para a outorga do título”, explicou a gestora, afirmando que o *Programa de Qualidade de Vida* é fundamental para o Poder Judiciário de Sergipe, pois foca a saúde e o bem-estar dos servidores e tem como consequência lógica, a melhoria da prestação jurisdicional.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TI

“A área de Tecnologia da Informação é facilitadora para a prestação dos serviços judiciais”. Foi com essa frase que a gestora do *Projeto Planejamento Estratégico de TI* do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), Denise Martins Moura Silva,



Denise Martins

definiu a importância da sua operacionalização para a Justiça sergipana. Através do referido projeto, serão desenvolvidos programas para tornar a Justiça do Estado mais rápida e eficaz.

De acordo com a gestora do projeto, o Pleno do TJSE aprovou, em setembro, a Resolução nº 15/2010 que instituiu o *Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação* (PETIC). “O PETIC definiu a missão da área de tecnologia que é prover soluções tecnológicas efetivas

para que o Judiciário cumpra sua função institucional, facilitando o acesso aos serviços públicos oferecidos pelo TJSE", explicou.

Da mesma forma, foi instituído o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação, que será presidido por um desembargador e composto por um juiz auxiliar da Presidência e um juiz corregedor, além do secretário de Tecnologia e servidores efetivos das áreas de TI, Planejamento e Financeiro. "O foco atual do projeto é a capacitação dos servidores, que já foram treinados nas melhores práticas de gestão de TI, como Governança COBIT e monitoramento de serviços, o ITIL V3, além de ferramentas tecnológicas. Com essas ações, atingiremos um bom índice para o cumprimento do que recomenda a Resolução nº 90 do CNJ, em relação à capacitação da equipe", comemorou.

A modernização do Judiciário de Sergipe, a partir de projetos estratégicos, reflete diretamente na prestação de serviços à sociedade. O resultado é uma Justiça que atende à demanda com mais rapidez, segurança e dinamismo. "O planejamento nos dá a clara certeza de que a execução será bem-sucedida. O PETIC garantirá aos jurisdicionados uma contínua melhoria nos serviços prestados pelo Poder Judiciário", finalizou a gestora.

PREMIAÇÃO DE SERVIDORES DA ÁREA-MEIO

"A Lei 6.351/2008 que instituiu a gratificação anual destinada à premiação dos servidores que compõem as unidades jurisdicionais mais eficientes ou que apresentem projetos e práticas reconhecidas como inovadoras do Tribunal de Justiça de Sergipe - TJSE se insere entre as iniciativas que tendem a conduzir o Poder Judiciário a um novo paradigma merecendo por isso destaque". Foi com esta frase que o Conselheiro Marcelo Nobre, relator do processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referendou o Projeto de *Premiação de Servidores da Área-fim* da Justiça sergipana para os demais tribunais do país.

Com o sucesso do referido projeto, foi inserido no Planejamento Estratégico do TJSE até 2014, a sua ampliação e a inclusão do *Projeto de Implantação da Premiação de Servidores da Área-meio*. De acordo com o gestor dos dois projetos e diretor de Planejamento, Erick Andrade, a premiação por desempenho da área-fim além de motivar e comprometer magistrados e servidores com as metas e objetivos estratégicos se converteu em uma poderosa ferramenta de integração. "O CNJ a aprovar a Resolução 11/2008 avaliou que o TJSE inaugurou um novo paradigma de avaliação de produtividade do servidor público", explica o gestor.

Erick Andrade afirmou também que a premiação da área-fim, desde a sua implementação, é periodicamente avaliada e que o grande benefício para a instituição é o alinhamento estratégico ser absorvido de forma direta e tranquila pelos servidores. "Com os resultados da premiação da área-fim sedimentados, iremos construir a premiação para a área-meio".



Erick Andrade

O objetivo primordial da ampliação da premiação da área-fim e da implantação da premiação da área-meio está diretamente ligada à visão estratégica do TJSE, que é buscar a redução das taxas de congestionamento, já que os referidos projetos pontuam as unidades que mais reduzem as suas taxas. "Do ponto de vista da sociedade, significa dizer que ambos os projetos, visam a redução das taxas de congestionamento da Justiça e terão como consequência o julgamento dos seus processos mais rápidos, sem perda da qualidade na prestação jurisdicional", conclui.

PLANO DE SEGURANÇA

Com o objetivo de garantir a segurança necessária à plena realização da atividade jurisdicional, bem como resguardar as atividades administrativas do Judiciário sergipano, a Diretoria de Segurança do TJSE desenvolve o Plano Anual de Segurança. Uma das prioridades do projeto é implantar um eficiente sistema de segurança eletrônica em todos os prédios que compõem o Poder Judiciário em Sergipe.

De acordo com o diretor de segurança e gestor do projeto, Júlio Flávio Leite Prado, o projeto visa também dispor o TJSE de detectores de metal em todas as suas unidades jurisdicionais. “Essa meta está cumprida e os detectores de metal portáteis (tipo raquete) foram disponibilizados para todos os fóruns”, comemorou.



Júlio Flávio

Para atender a prioridade da implantação de um sistema eficiente de segurança eletrônica, o projeto acabou de confeccionar o termo de referência técnica para aquisição de um sistema de integração do circuito fechado de TV - CFTV como o de monitoramento de alarme. “O próximo passo é colocar a licitação na rua e implantar o sistema o mais rápido possível”, destacou o gestor.

O Plano Anual de Segurança do TJSE é uma ferramenta essencial para a plena realização da Justiça, pois a segurança é imprescindível para uma efetiva prestação jurisdicional à sociedade. “As varas criminais e, principalmente, os fóruns do interior têm movimentação diária de presos e muitos desses já saem das audiências direto para os presídios e nesses casos é fundamental a segurança para garantir o trabalho dos magistrados, servidores e usuários da Justiça”, finalizou.

CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Desmistificar a visão polícialasca que existe o controle interno/auditoria como um setor punitivo e fiscalizador para a de um órgão orientador, pedagógico e de apoio. Este é o principal objetivo do *Projeto de Controle Interno como Ferramenta de Gestão*, desenvolvido pelo Departamento de Controle Interno e integra o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE).

O projeto visa propiciar uma gestão segura da administração do Judiciário sergipano nos aspectos financeiros, operacionais, administrativos e de gestão, com o intuito de fazer cumprir os objetivos do Tribunal, otimizando as suas políticas de utilização de recursos orçamentários para garantir uma prestação jurisdicional cada vez melhor.

De acordo com o gestor do projeto e chefe de auditoria contábil, Pablo Roberto Moreira, a partir do momento em que se acompanha e avalia a aplicação dos recursos públicos, evita-se possíveis erros ou falhas na execução orçamentária. “O



Pablo Moreira

controle interno como ferramenta de gestão, através do estímulo às boas práticas, proporciona uma melhor adequação e segurança para o resultado da área-fim”, explicou o gestor.

O projeto tem como metas principais realizar 80% das auditorias, possibilitando uma melhor condição dos trabalhos de orientação até 2013 e padronizar, até o final de 2011, todas as planilhas de custos, para reduzir custos e possíveis erros nos editais de licitação. “Ao final, o projeto vai avaliar se todos os processos administrativos estão de acordo com a legislação vigente. Além disso, iremos

sugerir e recomendar novas práticas que melhorem a aplicação dos recursos públicos”, finalizou o Moreira.

CONSCIENTIZAR PARA ECONOMIZAR

Racionalizar os recursos e reduzir os custos de funcionamento em todas as unidades administrativas e jurisdicionais. Estes são os objetivos do *Projeto Conscientizar para Economizar - SPAC*, que compõe o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de Sergipe. Até o final de 2012, todos os magistrados e servidores gestores serão informados mensalmente sobre os custos discriminados das áreas onde estão lotados, a fim de que se tenha um maior controle e consequente redução dos gastos.

O SPAC visa esclarecer os custos do processo judicial, criando uma correlação das unidades de mesma competência jurisdicional e fortalecendo a transparência dos custos do Tribunal e otimizando os resultados anuais.

O projeto alinhou-se com a Gestão Estratégica do TJSE neste ano, apesar de ter sido idealizado e reconhecido ainda no ano de 2008. “Fomos premiados no Congresso de Custos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde estavam presentes todas as unidades que trabalham com gestão de custos, tanto da área pública como privada”, relembra o gestor Erick Andrade, diretor de Planejamento do Tribunal.

CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PERMANENTE DOS SERVIDORES

O projeto de Capacitação e Aperfeiçoamento

Permanente dos Servidores do Tribunal de Justiça de Sergipe é um dos que mais beneficia diretamente os servidores e o público. O programa visa, através de cursos, oficinas e congressos, levar para os servidores informações e atualizações sobre o seu trabalho, que resultam numa melhor atuação profissional e consequente aprimoramento da instituição nos serviços prestados à sociedade.

A então gestora do projeto e chefe administrativa da Escola de Administração Judiciária, Cristiana Prado Oliveira Dantas, ressalta a importância da inclusão do programa de capacitação no Planejamento Estratégico do TJSE. “O projeto é um compromisso do Tribunal de Justiça em fazer desenvolver a competência estratégica dos servidores em suas funções.

Nas ações do programa inclui-se ainda um projeto pioneiro de Cartório-Escola. A ideia é de se criar um “laboratório” para preparar o servidor, tanto os novos concursados quanto os mais antigos, às suas atribuições de trabalho. “A exemplo das confecções de mandados, atos, editais, intimações, para que ele passe por todo um modelo de processo cartorário, antes de atuar no processo real, no local onde será lotado. Isso daria um pouco mais de segurança, de conforto na execução de suas funções”, explica a ex-gestora.

Outra ferramenta para a implantação do Programa de Capacitação é o Projeto de Educação à Distância, contemplando a capacitação de servidores lotados em comarcas do interior do Estado. O mecanismo proporciona capacitação a esses profissionais sem os contratempos do seu deslocamento a Aracaju.



Cristiana Dantas

JUDICIÁRIO SERGIPANO

já cumpriu três das quatro metas do CNJ para 2011

Uma reunião realizada no dia 18 de março, no Tribunal de Justiça de Sergipe, fez uma avaliação positiva das quatro metas prioritárias estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para 2011. Durante a reunião, que contou com a participação de magistrados e servidores, foi verificado que a única meta não cumprida, até o momento, é aquela que somente pode ser apurada no final ano: 'julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal', que nos últimos três anos foi cumprida pelo Judiciário sergipano.

A responsável pelo acompanhamento e gestora das metas no TJSE é a Juíza Auxiliar da Presidência,

Suyene Barreto de Santana, que informou a situação do Tribunal de Justiça de Sergipe é confortável: "A cultura organizacional do nosso Tribunal tem facilitado este processo. Essas reuniões servirão para que possamos acompanhar o cumprimento da Meta 3 e avançarmos ainda mais nas metas que já estão cumpridas", analisou.

De acordo com o diretor de Planejamento do TJSE e responsável pela coordenação das atividades ligadas ao cumprimento das metas, Erick Andrade, as reuniões de acompanhamento acontecerão trimestralmente. "A ideia é fortalecer o nosso Judiciário e, por isso, estaremos atentos para avançar cada vez mais em cada uma das metas", garantiu.

CONFIRA ABAIXO AS QUATRO METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO PARA 2011, COM O COMENTÁRIO DO DIRETOR DE PLANEJAMENTO DO TJSE, ERICK ANDRADE.

META 1. CRIAR UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS PARA AUXILIAR A IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO ESTRATÉGICA.

Meta cumprida e em fase de aprimoramento com a virtualização do gerenciamento dos 38 projetos estratégicos, com o objetivo de agilizar o acompanhamento do planejamento estratégico.

META 2. IMPLANTAR SISTEMA DE REGISTRO AUDIOVISUAL DE AUDIÊNCIAS EM PELO MENOS UMA UNIDADE JUDICIÁRIA DE PRIMEIRO GRAU EM CADA TRIBUNAL.

Meta cumprida e em fase de expansão para as demais unidades jurisdicionais.

META 3. JULGAR QUANTIDADE IGUAL A DE PROCESSOS DE CONHECIMENTO DISTRIBUÍDOS EM 2011 E PARCELA DO ESTOQUE, COM ACOMPANHAMENTO MENSAL.

Meta sendo acompanhada diariamente por ferramentas controles informatizadas, em que cada magistrado visualiza o cumprimento da meta de sua unidade. A referida meta teve seu cumprimento nos últimos três anos.

META 4. IMPLANTAR PELO MENOS UM PROGRAMA DE ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO SOBRE AS FUNÇÕES, ATIVIDADES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO EM ESCOLAS OU QUAISQUER ESPAÇOS PÚBLICOS.

Meta cumprida e em fase de expansão. Há mais de 10 anos, o TJSE criou o *Programa Justiça na Escola* com a finalidade de divulgar nas escolas as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário, especialmente nas redes estadual e municipal. Este ano o programa está passando por uma reformulação e passa ser gerido pela Coordenadoria da Infância e Juventude. Além disso, em 2010, com o objetivo de divulgar e informar à sociedade sergipana sobre a Justiça e o Poder Judiciário, através de uma linguagem fácil, rápida e objetiva, foram publicadas duas edições do *Informe Legal*. O primeiro, com o tema "Fóruns Integrados: acesso à Justiça", com uma tiragem de 30.000 exemplares, foi distribuído à população nos terminais de ônibus urbanos na capital. O segundo teve como tema "Conheça o Poder Judiciário e a sua Estrutura em Sergipe" e está sendo distribuído nas faculdades do Estado. Outras ações estão sendo definidas para a ampliação do cumprimento da meta.

MINISTRA

Eliana Calmon abre ano letivo

‘O Papel do Conselho Nacional de Justiça no Poder Judiciário’

foi o tema da palestra da Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon durante a abertura do ano letivo da Escola Superior da Magistratura de Sergipe (Esmese), no dia 18 de março. Segundo a Corregedora Geral da Justiça, o principal objetivo da palestra foi o de esclarecer sobre as atribuições do CNJ.

“Na verdade a primeira função do CNJ é fazer o possível para suprir os magistrados com ferramentas capazes de contribuir para que estes possam exercer o seu trabalho da melhor maneira, realizando uma prestação jurisdicional célere e eficiente”, explicou a ministra, afirmando que só depois disso é que o CNJ irá exercer a sua função fiscalizadora.

Ainda de acordo com a ministra, o Judiciário sergipano, na avaliação do CNJ foi o que melhor cumpriu as metas nacionais para os anos de 2009 e 2010. “O CNJ avaliou a Justiça sergipana como a melhor do país e isso não aconteceu por acaso. É produto de um trabalho de base, informatizado e com uma escola para magistrados estruturada”, analisou.

O presidente do TJSE, Desembargador José Alves Neto, afirmou que a presença da ministra em Sergipe é muito gratificante para o Judiciário. “Eliana Calmon é uma mulher de fibra e está revolucionando o relacionamento entre os tribunais e o CNJ. No início tínhamos algumas resistências, hoje estamos entendendo mais o trabalho e a atuação do CNJ”, explicou o presidente.



Ministra Eliana Calmon ao lado do Corregedor do TJSE, Des. Netônio Machado (à esq.), Presidente José Alves e Vice Osório Ramos

O Desembargador Osório Ramos, vice-presidente do TJSE, presidente do Conselho de Administração e diretor em exercício da Esmese, comentou a sua satisfação em ter, na abertura do ano letivo da Escola, a presença da Ministra Eliana Calmon. “Com a vinda da corregedora e a sua palestra, ficou demonstrada a relevância dada pelo TJSE ao papel do CNJ, que é tornar a Justiça mais célere e eficiente”, comemorou o desembargador.

O Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Netônio Machado, acredita que o relacionamento entre o CNJ e o TJSE tem contribuído para o aprimoramento do Judiciário em Sergipe. “Tanto o CNJ quanto o TJSE enxergam-se como parceiros. O TJSE, antes mesmo da formação do CNJ, já direcionava a sua atuação com base no aprimoramento da sua gestão, preocupado em melhorar sempre a sua prestação jurisdicional”, opinou.



EVENTO PROMOVIDO

pelo Memorial do Judiciário atrai centenas de pessoas



A noite do dia 2 de dezembro foi especial para os aracajuanos. Centenas de pessoas se reuniram em frente ao Memorial do Judiciário, na Praça Olímpio Campos, no Centro da capital sergipana, para assistirem à apresentação do Coral Canarinhos de Aracaju e da Orquestra Sanfônica de Aracaju. Em meio à população, muitos servidores do Poder Judiciário, desembargadores e juízes compareceram ao evento, acompanhados de suas famílias.

O Desembargador Cezário Siqueira Neto disse que o evento é um sucesso absoluto. “É o espírito natalino chegando aos cidadãos sergipanos, em particular aos de Aracaju”, comentou o desembargador, que assistiu às apresentações acompanhado dos Desembargadores Roberto Porto



e José Alves Neto.

Eles posicionaram-se em meio à plateia, de frente para os janelões. “Gosto desse calor humano. A apresentação da Orquestra Sanfônica foi uma inovação e a noite foi coroada pelos Canarinhos”, elogiou José Alves. A diretora do Memorial do Judiciário, Renata Mascarenhas, ficou surpresa com a quantidade de pessoas que compareceram. “O público foi triplicado em relação a 2009”, comemorou.

A Orquestra Sanfônica iniciou a apresentação com músicas natalinas, mas depois, como não poderia deixar de ser, tocou alguns clássicos do forró, encerrando o espetáculo com um frevo. O público acompanhou com palmas e fez o coro das canções mais conhecidas. O sanfoneiro Robertinho dos 8 Baixos, filho da cantora Clemilda, foi uma atração à parte porque além de tocar também dançou.



Depois foi a vez dos 70 integrantes do Coral Canarinhos de Aracaju ocuparem os janelões do Memorial e também o palco. Muito aplaudidos, eles apresentaram mais de dez canções natalinas e outras que marcaram a trajetória do grupo. Ao final, as crianças, adolescentes e o regente do Coral, Carlos Magno do Espírito Santo, foram cumprimentados pela população.

A auxiliar administrativa Sílvia Garcia viu a apresentação juntamente com a prima, uma filha e três sobrinhos. “Foi a primeira vez que viemos e achei muito bonito”, opinou. A funcionária pública Iracema Vieira soube do evento pela televisão e levou os dois netos. “A Orquestra Sanfônica arrasou e os Canarinhos também”, disse Iracema.



CIJ PROMOVE CEIA

e distribuição de presentes nas entidades de acolhimento



“Ganhei uma bola e um short. Foi uma surpresa. Gostei de tudo”, resumiu um garoto de 12 anos que vive no Abrigo Vida Nova, no bairro Cirurgia, em Aracaju, uma das 15 entidades de acolhimento institucional de Sergipe beneficiadas pelo projeto ‘É Natal!’. Desenvolvido pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do TJSE, dentro do *Programa de Apadrinhamento Ser Humano*, o projeto ofereceu ceia de Natal e distribuiu presentes com a ajuda dos servidores e empresas parceiras.

A Juíza Vânia Ferreira de Barros, da CIJ, lembrou que 2010 foi o segundo ano do projeto. “Recebemos o apoio de vários setores do Tribunal, o que para nós é uma alegria imensa. Tivemos também um envolvimento muito grande dos magistrados”, ressaltou Vânia. A Juíza da 16ª Vara Cível - Juizado da Infância e Adolescência, Rosa Geane Nascimento Santos, também acompanhou a ceia natalina de alguns abrigos e disse que o projeto faz com que as instituições tenham mais visibilidade perante a sociedade.

Outro magistrado que participou do projeto foi Marcel Britto, Juiz Corregedor. “Estão aqui no Abrigo Sorriso mais de 20 servidores da Corregedoria. Para nós é um momento muito importante porque trouxemos alegria para essas crianças e elas precisam disso. Acho que é um dia que elas nunca vão esquecer”, comentou Marcel.

E talvez a chegada do Papai Noel tenha sido mesmo o momento mais emocionante para as 27 crianças que vivem no Abrigo Sorriso, no Conjunto Santa Tereza, em Aracaju.



Ninguém ficou sem ganhar presente

NATAL CIJ



"Elas estavam ansiosas, esperando esse grande momento", confessou Meiry Ane Santana, diretora do Abrigo Sorriso.

Ela disse que o projeto 'É Natal!' é de suma importância porque aproxima a sociedade das instituições de acolhimento. "As pessoas precisam perceber nossa realidade. Além disso, este momento serve para estreitar os laços entre os parceiros", disse Meiry, que se emocionou ao ver a alegria das crianças ao receberem os presentes das mãos do Papai Noel.

Para a assistente social do Abrigo Vida Nova, Ane Caroline de Jesus, a ação foi muito importante porque como os garotos estão longe das famílias, puderam ter um momento de afeto. "Como foram negligenciados pela família, uma ação como esta faz com que eles se sintam importantes porque sabem que alguém se preocupou e gostou deles", comentou Ane.

A servidora da 2ª Vara de Assistência Judiciária, Brena Ribeiro, disse que sempre quis participar do Programa de Apadrinhamento e encontrou a oportunidade neste período natalino. "É uma ação importante porque agrega as pessoas. Antes da ceia, fizemos uma prece de agradecimento. É uma semente de amor e esperança que estamos plantando no coração deles", disse Brena, que contou com o apoio de servidores da Escola Superior da Magistratura de Sergipe (Esmese).



Juizas Rosa Geane, Vânia Ferreira e Elbe Carvalho



PROGRAMAÇÃO

conta com exposição de artes plásticas e lançamento de revista

O Memorial do Poder Judiciário recebeu, em novembro, o projeto *Galeria Caixa Brasil*, com obras de Di Cavalcanti, Djanira, Tarsila do Amaral e muitos outros importantes nomes das artes plásticas do Brasil. A mostra aconteceu simultaneamente em todas as capitais e fez parte das comemorações pelos 150 anos da Caixa Econômica Federal.

A diretora do Memorial do Judiciário, Renata Mascarenhas, ressaltou a importância da Caixa ter escolhido o espaço para sediar a exposição em Sergipe. “Isso reflete a confiança que a Caixa tem no nosso trabalho. O Memorial é um aliado da sociedade nesse processo de preservação da cultura”, ressaltou Renata.

De acordo com o diretor regional da Caixa, Marco Antonio Queiróz, o acervo reflete um pouco da história da centenária



instituição. “A Caixa é um órgão criado no Segundo Império e, desde então, serve à população brasileira”, enfatizou o diretor.

O Desembargador Cezário Siqueira Neto destacou a simbologia do dia da abertura da exposição. “É uma noite especial com uma exposição fantástica, materializando a arte no Dia Nacional da Cultura. É um orgulho para nosso Tribunal ser uma instituição parceira, cedendo o espaço para que a comunidade possa desfrutar dessas belas obras”, opinou.



REVISTA

A primeira edição da *Revista do Memorial do Judiciário* foi lançada na noite do dia 26 de janeiro. As mais de 200 páginas contêm artigos que retratam história, cultura e personalidades importantes de Sergipe. Também se discutem na publicação, o debate intelectual e a formação jurídica no Brasil durante o século XIX.

“A revista surge como mais um veículo no qual os intelectuais de Sergipe e de outros Estados podem publicar seus estudos”, acrescentou Renata Mascarenhas, diretora do Memorial. O Desembargador Osório Ramos esteve no evento e disse que o Memorial preserva a cultura e memória de Sergipe.

A coordenadora do curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Janaína Cardoso, além de ser membro do Conselho Editorial da revista escreveu um dos 13 artigos. “Este primeiro número fala sobre Sergipe de uma maneira plural, trazendo artigos de diferentes áreas, como história, jornalismo, arquitetura e direito”, explicou Janaína.

O também professor Jorge Carvalho escreveu sobre o sergipano Sílvio Romero enquanto profissional do Direito. “Do meio para o fim da vida, ele ficou mais conhecido como folclorista. Mas não podemos deixar de registrar a formação dele, que trabalhou com Promotor de Justiça em Estância e como Juiz de Direito em Parati, no Rio de Janeiro”, contou Jorge. Para ele, a revista cumpre a função de celebrar a memória e práticas do Poder Judiciário.

DO IMPONDERÁVEL E DO PREVISTO

“Do rio que tudo arrasta, diz-se violento, mas ninguém diz violentas as margens que o oprimem”
(Bertolt Brecht)

*Por Netônio Machado **

A observação de Brecht no trecho acima transcrito emblematiza, tanto na sua expressão literal como na sua dimensão metafórica, o quadro dantesco vivido por algumas regiões dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo devastadas pela impetuosidade das águas - e pela parcial e renitente incúria do Poder Público - que fazem deslizar terras, inundar cidades, desmoronar casas, ceifar vidas, matar esperanças.

Não se desconhece o imponderável dos fenômenos da natureza em fúria, insubmissa, a produzir eventuais e trágicas consequências.

Entretanto, mais das vezes, a previsibilidade não prevista de sucedimentos trágicos como resultante de fenômenos naturais razoavelmente cogitados reclama do poder público ações preventivas eficazes para, no mínimo, mitigar os efeitos nocivos dessas manifestações, ainda que essas ações impliquem em impopularidade.

Infelizmente, porém, com lastimável frequência, é esse fortuito desequilíbrio



Foto: FABIO MOTTA/AGENCIA ESTADO/AE

no campo dos valores informativos das prioridades que deveriam pautar as políticas públicas preventivas adotadas pelos gerentes da coisa pública, que contribui para a catastrofização de acidentes cujas consequências poderiam ser muito menos desastrosas.

A responsabilidade do administrador público, nesse contexto, mais se acentua quando, à omissão adiciona-se o seu agir em flagrante antinomia com o caminho indicado

pelo ideário do zelo pela coisa pública e da realização do bem geral; da tomada de posição precedida por uma análise criteriosa levada a efeito por quem esteja tecnicamente qualificado para tanto, distanciado das conveniências e interesses eleitoreiros, comprometido apenas com uma conclusão balizada por juízos técnico-científicos.

Lamentavelmente a moralidade cívica de Atenas referenciada por Aristóteles e lembrada por Giannetti em sua mais recente obra *A ilusão da Alma-Biografia de Uma Ideia Fixa*, vem se perdendo nas brumas do tempo pela falta de desejos, pensamentos, intenções e valores que fariam a diferença nos comportamentos humanos de alguns dirigentes.

Nesses casos, não é apenas o "rio que tudo arrasta".

O agravamento do infortúnio recebe o insidioso contributo da desídia, da irresponsabilidade, da indiferença com o que poderá ocorrer de nefasto com as pessoas e com o seu patrimônio.

Temos, então, nessas posturas civicamente negativas e absolutamente repudiáveis, a configuração da metáfora das margens que oprimem o rio e o tornam mais devastador.

A improvisação não se compadece com a sustentabilidade carente de tratativas consistentes, duradouras e eficazes para o asseguramento não apenas de um contentamento efêmero, sazonal.

Não é com o súbito, mas com a reflexão séria, com o planejamento adequado e uma vontade política firme-capaz de arrostar incompreensões

temporárias de muitos, superáveis pela evidência futura; incompreensões insuperáveis de alguns, forjadas na genética da radicalização, que se construirá uma convivência menos conflituosa do homem com a natureza e, ainda quando incontornáveis efeitos de intempéries vierem a manifestar-se, haverá por certo menos padecimentos, menos perdas a lastimar, porque a prevenção terá sido adotada eficientemente pelos administradores públicos sem estardalhaço, sem folguedos, sem outro propósito senão o de prevenir, o de fazer sua parte, o de cumprir sua função.

Que esta utopia se concretize um dia.



* Desembargador do TJSE desde março de 2008 e Corregedor Geral da Justiça para o biênio 2011-2013.

EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS:

Breves Considerações

Por Márcio José Horta Melins*

Os Direitos Fundamentais, hoje, precipuamente previstos no Título II da nossa Constituição Federal, começaram a ser proclamados de maneira explícita, a partir do período pós-guerra (II Guerra Mundial) em diante.

As diversas nações do mundo perceberam os efeitos malévolos dos regimes fascista, stalinista e nazista, como também o perigo de ameaça à

tranquilidade universal, decorrente das relações entre os países, e se preocuparam em dispor expressamente nas suas Constituições, mecanismos que afirmassem de sobremaneira a dignidade do ser humano (dignidade da pessoa humana Art. 1º, III, da CF de 1988), afim de que fossem garantidos e assegurados direitos que limitassem ainda mais o poder do Estado.

Nessa esteira, vários foram os direitos consagrados, como os mais expressivos: o princípio da igualdade, da legalidade, o da dignidade da pessoa humana, dentre outros.

Nenhum cidadão, com esclarecimento mediano (homem-médio), na atual conjuntura do Estado Democrático de Direito, adotado na nossa Constituição Cidadã, duvida que o Estado, Município, etc, tenha que respeitar, por exemplo, num concurso público para provimento de cargos, o princípio da publicidade, ou igualdade.

Na chamada relação vertical, ou seja, aquela que impõe a supremacia do interesse público em face do particular, o Estado não age de maneira livre, sem freios, pelo contrário, se sujeita e deve obediência aos direitos fundamentais, assegurados na CF de 1988.

Com o advento da Revolução Industrial, a franca ascensão da burguesia, que com passar de décadas, ou até mesmo séculos, se transformaram nos grandes conglomerados econômicos, e a globalização se percebeu que não só o Estado, o Poder Público de maneira geral, era capaz de lesar os direitos individuais dos particulares.

Mas também os particulares (pessoas físicas ou jurídicas) podem lesar até mesmo com mais intensidade, os direitos fundamentais. É de se mencionar, por exemplo, que empresas multinacionais, com enorme poder econômico, tem alta potencialidade de ferir os direitos fundamentais. Apercebendo-se, deste fato notório, a doutrina e jurisprudência, sobretudo a alemã, formularam a teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

Essa teoria engendrou métodos para que os

direitos fundamentais, previstos na Constituição, sejam aplicados, também, nas relações entre particulares - particulares (eficácia horizontal).

Ora, tal posicionamento é o mais consentâneo com o Regime do Estado Democrático de Direito, até porque as normas constitucionais, mormente as que dispõem acerca dos direitos individuais, não foram feitas somente para um determinado grupo (Estado, por exemplo). Mas para todos os que integram a sociedade pluralista, sejam eles particulares ou entes públicos. É o que se chama de eficácia vinculante dos direitos fundamentais. Assim sendo, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior do Trabalho vêm constantemente, abraçando a teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, aplicando-a nas mais variadas relações entabuladas entre particulares.

* Técnico Judiciário. Pós-Graduado em Direito Público Lato Sensu pela Universidade Anhaguera-UNIDERP.



PREVENÇÃO

é a melhor forma de combater a dengue

Os dados divulgados em dezembro pelo Ministério da Saúde sobre a presença no Brasil do mosquito causador de dengue indicam a necessidade de ações imediatas de prevenção. O Levantamento de Índice Rápido de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAa) mostra que, entre os 370 municípios que realizaram o levantamento, até o final do ano passado, 24 estavam em risco de surto da doença e 154 em situação de alerta, incluindo 14 capitais. No total, 427 cidades se propuseram a fazer o LIRAa.

A melhor maneira de evitar o aumento desses números é combater a dengue. As medidas preventivas devem ser adotadas durante todo o ano, com atenção especial para o

verão, período de aumento de temperatura e de ocorrência de chuvas que propiciam o aparecimento do inseto. De acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 70% dos casos de dengue concentram-se entre janeiro e maio, com exceção das regiões Norte e Nordeste, onde as chuvas começam em março e se estendem até julho.

Nesse cenário, a participação da comunidade é fundamental para evitar a doença. Resultados de uma pesquisa de opinião divulgados pelo Ministério apontam que 96% dos brasileiros sabem quais são os sintomas da dengue e como fazer para combater o mosquito transmissor, mas ainda há resistência das pessoas em mudar de comportamento. As medidas preventivas devem receber a adesão de todos. Por isso, é importante incentivar vizinhos, amigos, familiares e colegas de trabalho a fazerem o mesmo.

O QUE FAZER?

Para evitar a dengue, a melhor atitude é combater os focos de acúmulo de água, locais propícios para a criação e reprodução do mosquito. Veja algumas medidas simples que você pode fazer no seu dia a dia:



mantenha a caixa d'água completamente fechada



não deixe pneus a céu aberto



enchra de areia os pratinhos dos vasos de planta ou lave-os semanalmente com escova, água e sabão



deixe todas as garrafas viradas com a boca para baixo



feche bem o saco de lixo e deixe-o longe dos animais



jogue no lixo todos os objetos que possam acumular água, como embalagens usadas, potes, latas, copos e garrafas vazias



não deixe acumular água sobre a laje



lave semanalmente por dentro com escova e sabão os utensílios usados para armazenar água em casa, como jarras, garrafas e baldes

A DOENÇA

Doença infecciosa aguda, a dengue é transmitida pela picada do mosquito *Aedes aegypti* infectado, não havendo transmissão por contato direto de um doente ou de suas secreções com uma pessoa sadia. As epidemias geralmente acontecem no verão. Não há vacina nem tratamento específico para a doença, apenas alívio de sintomas e reposição de líquidos. Os tipos mais comuns de dengue são a clássica e a hemorrágica. Os sintomas mais comuns são: febre alta, dor de cabeça, dor atrás dos olhos, dor no corpo e nas juntas, manchas vermelhas pelo corpo. Ao aparecer um desses sintomas, é importante procurar um médico e não se automedicar.

SETOR DE FISIOTERAPIA

do TJSE quer prevenir doenças

O Setor de Fisioterapia do Tribunal de Justiça de Sergipe divulgou algumas dicas que vão ajudar na prevenção de doenças e melhorar a qualidade de vida dos servidores. O setor – que funciona no 5º andar do Anexo Administrativo II, na rua Pacatuba, centro de Aracaju – oferece serviço de fisioterapia e RPG, de segunda a sexta-feira, das 7 às 11 horas e das 14 às 18 horas. O atendimento deve ser marcado com antecedência através do telefone 3226-3135.

Certo Errado  Ao sentar-se, encoste-se completamente na cadeira e evite esparramar-se. O que parece confortável pode ser muito prejudicial a sua coluna.	Certo Errado  Ao levantar um peso, lembre-se de que o melhor é flexionar os joelhos e deixar a coluna bem reta.
Certo Errado  Para não sobrecarregar suas costas ao subir escadas, não se incline muito para a frente.	Certo Errado  Deixe sempre seu pescoço repousado e alinhado com a coluna.
Certo Errado  Quando relaxado, mantenha a coluna reta e o abdômen contraído.	Certo Errado  Divida o peso em dois volumes, um em cada mão, para equilibrar o esforço.
Certo Errado  Ao lavar louça, apoie uma das pernas sobre um banquinho, mantendo a outra perna esticada.	Certo Errado  Use sempre o encosto reto e dirija com os braços flexionados.
Certo Errado  Ao andar de ônibus, mantenha o braço junto ao seu corpo para evitar dores na coluna.	Certo Errado  Use sempre colchão firme, de preferência confortável, evite dormir de barriga para baixo.
Certo Errado  Evite debruçar-se sobre o balcão. O ideal é flexionar levemente os joelhos.	Certo Errado  Aproxime a cadeira da mesa e mantenha as costas no encosto.

Estas informações são uma gentileza dos Laboratórios MERCK.

Todos os livros, revistas e publicações estão disponíveis na Biblioteca Central Desembargador Gervásio Prata, no 6º andar do Anexo Administrativo II do Palácio da Justiça, na rua Pacatuba, 55, Centro de Aracaju.



A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO

Leonardo José Carneiro da Cunha - Editora Dialética

As regras processuais que envolvem a Fazenda Pública em juízo são examinadas neste livro, que reúne a análise das normas contidas no Código de Processo Civil que lhe dizem respeito, com as alterações levadas a efeito pela legislação mais recente, bem como aquelas previstas em legislação extravagante, sobretudo na Lei nº 9.494/1997, na Medida Provisória nº 2.180-35/2001 e nos diplomas legais que disciplinam a desapropriação e o Juizado Especial Cível Federal.



COLEÇÃO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Carlos Roberto Gonçalves - Editora Saraiva

Esta é a mais recente contribuição do autor para o direito civil brasileiro. Valendo-se de sua larga experiência na judicatura, do aprendizado no magistério e de sua índole de pesquisador, Carlos Roberto Gonçalves comenta nesta coleção as inovações advindas do Código Civil de 2002, demonstrando a evolução do direito civil brasileiro e analisando com visão crítica as questões mais atuais e controvertidas, à luz da doutrina nacional e estrangeira.



CONTRIBUIÇÕES - TEORIA GERAL - CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE

Leandro Paulsen e Andrei Pitten Velloso - Editora Livraria do Advogado

Os autores tratam da teoria e do regime constitucional das contribuições a partir dos aportes das doutrinas nacional e estrangeira e das decisões do STF e do STJ. Enfrentam as mais problemáticas questões teóricas relativas a esses tributos. Enfocam as contribuições em espécie, expondo a regulação jurídica e os aspectos controversos de cada uma das contribuições instituídas pelo legislador.



CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Leandro Paulsen - Editora Livraria do Advogado

Este livro apresenta a essência do direito tributário de modo claro e conciso. Cuida-se de uma abordagem didática e de fácil leitura, em que cada palavra é valorizada para permitir a efetiva compreensão dos diversos temas. O texto é simples, mas seguro, produto de toda a experiência do autor como professor e magistrado.

Por **Denise Rambo**

MISS SERGIPE



A Miss Sergipe 2011, Danielle Paes, é filha do técnico judiciário Valdson dos Santos e da servidora da Secretaria de Estado da Segurança Pública Lenilde Paes. Sua avó, Maria Raymunda dos Santos, também foi servidora do Tribunal de Justiça de Sergipe, aposentado-se em 2004. Aos 19 anos, Danielle conquistou não só o título de mulher mais bonita de Sergipe, mas também a meiguice, dedicação aos estudos – é aluna do curso de Direito – e a religiosidade, como membro da Igreja Adventista do 7º Dia. No dia 11 de julho, ela irá a São Paulo participar do concurso Miss Brasil. O Poder Judiciário sergipano deseja votos de sucesso e felicidades!



“Sinto-me tão bem no trabalho depois da pedalada matinal. É outra vibração, uma bênção”.

DE BIKE!

Ele é socialmente correto: utiliza a bicicleta como meio de transporte e incentiva aos colegas do Tribunal a fazerem o mesmo. Eurico Bartolomeu Ribeiro Neto só vê vantagens quando pega sua bike, seu capacete e sua mochila e vai rumo ao Fórum Gumersindo Bessa para mais um dia de trabalho.

“Há benefícios para todos. Me sinto bem em diminuir o estresse e a poluição do meio ambiente. Observo melhor a cidade, pedalo mais devagar e me exercito. É mais barato dar manutenção em uma bicicleta, gasto menos gasolina, diminuo a superlotação de carros, tenho facilidade em estacionar e muitas vezes é até mais rápido e seguro chegar em certos locais”, enumerou Eurico.

O esportista de 26 anos de idade passou no concurso do TJ em

2004, como Técnico Judiciário e se sente gratificado em trabalhar na 3ª Vara Criminal, com o Juiz de Direito José Anselmo de Oliveira, onde diz que adquire experiência com processos. É bacharel em Direito pela UFS e foi o primeiro colocado no vestibular para o curso de Letras da mesma universidade.

Eurico aproveitou o bate-papo para conclamar os colegas a usarem a bicicleta como meio de transporte. Ele sugeriu que o Poder Judiciário incentive o uso da bicicleta, oferecendo infraestrutura necessária, como vestiário adequado com chuveiro. A mãe dele, Maria Cristina Araújo Ribeiro, é analista Judiciária do TJ e diz sentir-se muito orgulhosa e gratificada pelo filho estudioso e voltado a questões sociais.

Como bom esportista, Eurico tem alimentação saudável, adota frutas e verduras como alimento básico. Ele destacou ainda que uma boa pedalada traz bem-estar à mente e ao corpo, sem contar com o benefício da preservação do meio ambiente. Como ele mesmo escreveu em uma de suas crônicas: “Se todo mundo revezar entre carro e bicicleta, as v(e)ias descongestionarão”.

É BOM SE APOSENTAR?

Josefa Soledade Leal Soares achou ótimo se aposentar. No começo, há doze anos, quando saiu do Tribunal de Justiça, teve mais tempo para organizar a casa e se dedicar à família, porém sentiu um vazio, que logo foi preenchido com visitas aos filhos que moram em Natal e Fortaleza, além dos passeios para São Paulo, Porto Alegre e Buenos Aires.

Soledade, como é carinhosamente chamada pelos amigos, trabalhava como Escrivã na 1ª Vara Cível e até hoje se sente realizada com os serviços prestados. Também se sente gratificada pelas grandes amizades que fez com Rejane Margareth, Clara Denise, Edelzuita, Dora, Tereza e Roberto. Soledade lembra ainda com carinho do Juiz Manoel Cândido Filho e do atendimento que prestava à população e aos advogados.

Hoje, ela diz que a sua vida se valoriza por meio da oração. Costuma frequentar grupos na igreja, vai para a academia, realiza trabalhos filantrópicos e tem muito tempo dedicado à família: o esposo Otávio e os filhos Otávio Júnior, Bruno César, Débora e Tatiane. Vive harmonicamente com as noras Ângela e Lia e o genro Rodrigo. No entanto, confessa que sua razão de viver são os netos Beatriz, Lara, Guilherme, Laura e Camila.

E FALANDO EM APOSENTADORIA...

No dia 17 de outubro de 2010, Maria Eliza de Almeida, que trabalha no gabinete da Desembargadora Geni Schuster, completou 50 anos de serviço público. Apesar disso, aos 68 anos de idade, ela não pensa em se aposentar. "Quando chegar a aposentadoria compulsória quero ter saúde para trabalhar como voluntária em uma das Varas de Assistência Judiciária e ajudar as pessoas carentes", fez questão de ressaltar.

A alegria com que sempre encara o trabalho encanta os colegas, que a homenagearam com flores e até um poema. Para a servidora, o sucesso no serviço público se dá através da ética, humildade e companheirismo. "Esse tripé é o alicerce fundamental para ser um bom funcionário. Além disso, devemos respeitar para sermos respeitados, sempre se colocar do outro lado e nunca desanimar frente aos altos e baixos da carreira", ensinou.

Maria Eliza tomou posse como servidora pública no Estado de Sergipe no dia 17 de outubro de 1960, no



Soledade exprime a felicidade estampada no rosto, fruto do dever cumprido, solidariedade, amor e fé.



cartório de registro civil de Propriá, onde trabalhou com o Juiz João Fernandez de Britto (pai do Ministro Carlos Britto). Há mais de 30 anos é técnica judiciária no Tribunal de Justiça de Sergipe, atuando com a Desembargadora Clara Leite de Rezende, desde a época em que era juíza titular da 6ª Vara Cível até a sua aposentadoria compulsória em julho de 2010.



OUVIDORIA GERAL
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE

**DE MÃOS DADAS
COM A CIDADANIA.**



**Ouvidoria
Disk Processo
Disk Justiça**

0800.079.0008 www.tjse.jus.br/corregedoria



EU AJUDO O PLANETA!

Faça como o Tribunal de Justiça de Sergipe e ajude você também seguindo estas dicas:

1) EVITE IMPRIMIR DESNECESSARIAMENTE

Para cada 40 Kg de papel, uma árvore é cortada.

2) VÁ DE ESCADA

Para subir ou descer alguns andares, que tal ir de escada? Além de fazer exercício, você economiza energia elétrica dos elevadores.

3) REDUZA O USO DE EMBALAGENS

Embalagem menor é sinônimo de desperdício de água, combustível e recursos naturais. Prefira embalagens maiores, de preferência com refil. Evite ao máximo comprar água em garrafinhas, leve sempre com você a sua própria.

4) DESLIGUE O COMPUTADOR

Muita gente tem o péssimo hábito de deixar o computador de casa ou da empresa ligado ininterruptamente, às vezes fazendo downloads, simplesmente por comodidade. Desligue o computador sempre que for ficar mais de duas horas sem utilizá-lo e o monitor por até quinze minutos.

5) NÃO DEIXE SEUS APARELHOS EM STANDBY

Simplesmente desligue ou tire da tomada quando não estiver usando um eletrodoméstico. A função de standby de um aparelho usa cerca de 15% a 40% da energia consumida quando ele está em uso.

6) CONSIDERE TROCAR SEU MONITOR

O maior responsável pelo consumo de energia de um computador é o monitor. Monitores de LCD são mais econômicos, ocupam menos espaço na mesa e estão ficando cada vez mais baratos. O que fazer com o antigo? Doe a instituições como o Comitê para a Democratização da Informática.

7) NUNCA É DEMAIS LEMBRAR: RECICLE NO TRABALHO E EM CASA

Se a sua cidade ou bairro não tem coleta seletiva, leve o lixo até um posto de coleta. Lembre-se de que o material reciclável deve ser lavado (no caso de plásticos, vidros e metais) e dobrado (papel).



**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE**

SOU VOLUNTÁRIO,

SOU

Ser
Humano

PROGRAMA DE APADRINHAMENTO

apoio:



mentefêrtil
comunicação & imagem

realização:

Coordenadoria
da Infância e da
Juventude

3226-3877 / 3226-3878



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE